

AUDIÊNCIA PÚBLICA DO PLANO DE MANEJO DA ZPA 1
EM 09 DE ABRIL DE 2008

1 Apresentação do Plano de Manejo da Zona de Proteção Ambiental – ZPA, situada
2 entre os bairros de Candelária, Pitimbu e Cidade Nova, uma realização da
3 Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, através da Fundação
4 Norteriograndense de Pesquisa e Cultura – FUNPEC. O Plano de Manejo da Zona
5 de Proteção Ambiental – ZPA1 foi elaborado pela Universidade Federal do Rio
6 Grande do Norte - UFRN /FUNPEC com o objetivo de orientar a gestão pública no
7 tocante ao uso e a ocupação do solo desta área, devido a sua importância para o
8 armazenamento da água subte/ água subterrânea, entre outros aspectos e ainda,
9 preservar os principais bolsões de vegetação nativa da cidade. Os estudos foram
10 contratados pela Prefeitura do Natal, através da Secretaria de Meio-Ambiente e
11 Urbanismo – SEMURB. Vale ressaltar que o Parque da Cidade do Natal Dom
12 Nivaldo Monte, em construção, é Unidade de Conservação dentro da ZPA 1, criado
13 pela Prefeitura do Natal com o objetivo de promover e divulgar as atividades de
14 educação ambiental, pesquisa, lazer e entretenimento numa área de grande
15 importância para a cidade. Para compor a mesa dos trabalhos convidamos o senhor
16 Professor Edilson Alves de Carvalho, coordenador do projeto Plano de Manejo da
17 Zona de Proteção Ambiental – ZPA 1 (aplausos), convidamos a senhora Meire
18 Soraia Praxedes da Silva, administradora do Parque das Dunas, representando a
19 Excelentíssima Senhora Vilma Maria de Farias, Governadora do Estado do Rio
20 Grande do Norte (aplausos), convidamos a Excelentíssima Senhora Ana Miriam
21 Machado da Silva Freitas, Secretária Municipal do Meio-Ambiente e Urbanismo
22 (aplausos), convidamos a Senhora Promotora Gilka da Mata, representante da
23 Promotoria Geral da Justiça do Estado (aplausos), convidamos a Senhora
24 Professora Doutora Elisa Maria Xavier Freire, coordenadora do PRODEMA,
25 representando o Professor José Ivonildo do Rego, Magnífico Reitor da Universidade
26 Federal do Rio Grande do Norte (aplausos), convidamos o Senhor Professor Jorge
27 Lins de Oliveira, Diretor Técnico da FUNPEC, representando o Senhor Professor
28 José Luiz da Silva Júnior, Superintendente da Fundação Norteriograndense de
29 Pesquisa e Cultura (aplausos). (Pequena pausa) De ordem do Presidente desta
30 Audiência, convido a Senhora Ana Cristina Soares/ Adriana Cristina Soares da
31 Rocha, para secretariar os trabalhos desta Audiência. (aplausos) (Pausa) Com a
32 palavra o Professor Edilson Alves de Carvalho, Coordenador Geral da Equipe
33 Diagnóstico ZPA 1, para proceder a abertura oficial da Audiência Pública. (Pausa)
34 Declaro aberta a Sessão de Audiência Pública para Apresentação do Plano de
35 Manejo da Zona de Proteção Ambiental 1, que tem como objetivo orientar a gestão
36 pública no tocante ao uso e ocupação do solo desta área, devido a sua importância
37 para o armazenamento de água subterrânea dentre outros aspectos, e para, ainda,
38 preservar um dos principais bolsões de vegetação nativa da cidade. (Pausa) Neste
39 momento fica facultada a palavra aos componentes da mesa. (Grande pausa) Boa
40 Tarde a todos e a todas, gostaria de... em nome da Governadora Vilma de Farias,
41 agradecer ao convite de estar aqui, agora à tarde, prá... discutir um assunto
42 extremamente relevante prá todos nós. E aí, não só nós... natalenses, mas nós
43 norteriograndenses e até, a nível de mundo, considerando que a questão ambiental
44 deve ser tratada de uma forma bem mais ampla, do que o que a gente costuma
45 tratar. Então, é... a gente tá nessa área ambiental há quase vinte anos e um
46 momento desse nos orgulha muito de tá participando, considerando que é um

47 fortalecimento do Sistema Nacional de/ de Meio-Ambiente, do SISNAMA, fruto de
48 um trabalho onde todos nós lutamos muito, discutimos, discordamos, e hoje,
49 estamos aqui realmente, buscando construir alguma coisa/ boa. O Parque da
50 Cidade, eu tive a honra de participar do/ da primeira audiência, é um Parque que tá
51 dentro da... da ZPA 1, e... eu considero assim, como um... o ponto, a pedra
52 fundamental de se discutir todo seu entorno, considerando que vai ser uma área de
53 preservação rigorosa, uma área que vai propiciar a todos uma/ uma/ ter acesso à
54 educação ambiental... a se reencontrar consigo, na essência da natureza, acho que
55 falta muito isso. Então, eu acho que é um lugar muito... interessante e que a
56 gente deve fortalecer. (pequena pausa). Eu gostaria de parabenizar a Prefeitura do
57 Natal em nome da... governad/ em nome da Secretária Ana Miriam, cumprimentar
58 todos aqui da mesa, e que realmente, a gente possa ter uma tarde muito proveitosa,
59 rica prá todos nós. A gente tá no Parque das Dunas é um trabalho gratificante e... eu
60 considero que... essa atitude mostra seriedade, mostra compromisso, não só com
61 as gerações atuais, mas com as gerações que estão por vir. Então, é um pouco na
62 prática, o que a gente diz tanto de desenvolvimento sustentável, então, eu considero
63 uma medida muito, muito legal e... assim... me orgulho de tá na área ambiental e
64 olhar prá os meus três/ meus três filhos e saber que a gente tá caminhando, junto,
65 com um objetivo só. Então, agradecer mais uma vez a oportunidade, vou participar
66 intensamente do/ das discussões prá gente aprender. Muito obrigada a todos.
67 (aplausos) (Pausa) Boa tarde a todos, eu gostaria de cumprimentar a todos da
68 mesa, dizer que é uma honra estar aqui participando... agradeço o convite em nome
69 da Procuradoria Geral de Justiça, também, não só em nome da Quadragesima
70 Quinta Promotoria de Justiça de Defesa do Meio-Ambiente. E... a Zona de Proteção
71 Ambiental 1, a ZPA Sanvale como é conhecida, ela foi alvo de uma Ação Civil
72 Pública, ajuizada pelo Ministério Público, por esta promotora, no dia 09.06.2006, e
73 um dos pedidos da ação judicial que foi deferido pelo Juiz, era justamente instituir a
74 Unidade de Conservação, com plano de manejo, nos moldes da... Lei Nacional de
75 Unidades de Conservação. E aqui a gente vê uma... um cumprimento, esse
76 momento é justamente um cumprimento de uma decisão judicial, que vem numa
77 época extremamente importante, porque a área toda, é... tem uma dimensão muito
78 forte, ambiental de/ e a necessidade de proteção ambiental, ela é premente.
79 Principalmente em relação à dificuldade dos problemas de abastecimento de água
80 que nós temos na região. Nós temos aqui, inclusive, vários colaboradores que eu vi,
81 Dr. Marcelo, representante da CAERN, Doutor/ Professor Elias, que contribuiu com
82 os laudos, em relação a essa ação ajuizada. Isso é muito bacana, poder concentrar
83 todo mundo aqui num... num esforço conjunto hoje, e eu gostaria... o... acho que o
84 trabalho vai ter esse enfoque, eu gostaria de revelar já, inclusive, minha principal
85 preocupação, prá ver se a gente consegue realmente trabalhar, ver sanada essa
86 preocupação. É... a a Lei, a Lei 4.664, que regulamenta a ZPA do Campo Dunar
87 dos Bairros de Pitimbu, Candelária e Cidade Nova, no Município de Natal, ela
88 estabeleceu, que o município tinha um prazo de cento e oitenta dias, naquela época,
89 oitenta e cinc/ noventa e cinco, prá fazer o sistema de drenagem e o sistema de
90 esgotamento sanitário da ZPA como um todo. Que a gente pensa muitas vezes/
91 muitas vezes pensa a ZPA só na questão do Parque da Cidade, mas a Unidade de
92 Conservação que abrange uma área muito grande e, ela é dividida numa área onde
93 que pode haver construções. Nessa ação judicial, é... o Juiz determinou que não
94 houvesse, nem que a Prefeitura não fizesse nem um novo/ concedesse nenhuma
95 nova licença nem de instalação, nem de operação e nem alvará de construção,

96 nessas áreas onde há a possibilidade do/ de utilização do solo. Ocorre que, a gente
97 vivencia hoje, um problema muito grave, que diz respeito à limitação dessa
98 proibição. Porque, é importante que essa proibição venha, mas dentro de uma/ de
99 um tempo determinado, que é o tempo de se implantar o sistema de esgotamento. E
100 hoje, o CONPLAN me trouxe um/ essa semana o Conselho Municipal, aliás,
101 Conselho Municipal de Saneamento Básico, me trouxe uma preocupação adicional
102 qu'eu gostaria de compartilhar, e eu acho que vai ser uma oportunidade na hora dos
103 trabalhos do Plano de Manejo, da gente se debruçar sobre isso, até tirar. Porque eu
104 tô com vistas de processo e deixei de atuar em razão dessa Audiência prá... me
105 manifestar amanhã. É... porque o CONSAB informou que na última Reunião
106 Extraordinária de 16 de março de 2008, a a CAERN retirou o Sanvale como
107 prioridade do sistema de esgotamento sanitário de Sanvale. Isso prá gente, eu acho
108 qu'eu gostaria até de registrar como a voz do Ministério Público, como uma grande
109 preocupação, porque na cidade inteirinha, a única/ a único lugar onde existe uma lei
110 específica dizendo que é prá sanear é o Sanvale. E desde 95 não foi cumprida essa
111 lei, - né? – o município diz que/ a atividade hoje é delegada, - né? - através de
112 contrato de sele/ de concessão prá CAERN. Então, a gente tem um
113 descumprimento legal, frontal, que tá prejudicando muito e pode vir a prejudicar
114 muito, então nessa ação judicial, provavelmente, acho que essa/ dess/ acho que
115 essa Audiência/ hoje essa Audiência Pública vai servir para subsidiar nesse sentido.
116 A gente vai ter que trazer pros autos a preocupação geral, técnica, sobre a área, prá
117 que a gente se manifeste prá que o Juiz determine PRAZO específico, nove meses,
118 um ano, mas, prá que tenha o sistema de esgotamento. Porque senão, o aquífero,
119 como o próprio Dr. Marcelo fala, Dr. Marcelo da CAERN, diz que o aquífero não
120 sabe delimitação de área que pode utilizar, de área que não pode utilizar. Né não,
121 Dr. Marcelo? Então a gente tem que saber, tem que livrar esse/ essa contaminação
122 continuada, - num é? – e eu trago aqui essa preocupação premente, prá gente trazer
123 também prá questão do Plano de Manejo. Muito obrigada pela oportunidade.
124 (aplausos) (pausa) Boa tarde a todos, colegas componentes da Mesa. Esse é um
125 momento, realmente, que como os outros que me antecederam já falaram/ as
126 outras, que foram só mulheres, com relação a importância, desse evento. Realmente
127 é um passo, no sentido de estar desenvolvendo, dentro do âmbito do município,
128 umaaa política de sustentabilidade. É necessário que a gente tenha isso muito
129 fortemente claro, no nosso/ na nossa consciência, para que a gente possa/
130 realmente estabelecer. Quando nós, no caso, o Prefeito Carlos Eduardo assumiu a
131 gestão, a grande preocupação dele era exatamente com a parte do/ de todos os
132 componentes da cidade. E a parte da legislação ambiental e urbanística foram as
133 que mais... ressaltou prá ele a importância de se/ delinear, de se planejar como nós
134 íamos efetivamente, trazer soluções, ou direcionamentos, ou até mesmo, como foi o
135 caso, da revisão do Código e Obras, do Plano Diretor, de várias outras legislações
136 que estabelecem prescrições urbanísticas ou condições de licenciamento ambiental
137 e urbanístico em toda região da cidade do Natal. Então essa preocupação passa,
138 com certeza, pela questão das Zonas de Proteção Ambiental. E, diante dessa/ dessa
139 preocupação, foi estabelecido um cronograma, que até o final da gestão, nós
140 pudéssemos avançar significativamente, no sentido de ter essas legislações, senão
141 todas concluídas, porque realmente das dez ZPAs, apenas cinco, nós estamos
142 efetivamente regulamentadas. E a ZPA 1 é uma delas, mas a gente diria que, o que
143 ficou durante todo esse tempo, desde da da definição do Plano Diretor de 94 em
144 relação as Zonas de Proteção até aquele momento, precisaria ser dado

145 continuidade. Principalmente aquelas que já tinham a sua regulamentação e
146 precisavam de outros instrumentos, como é o caso da ZPA 1, do Plano de Manejo.
147 Então, a partir daí começamos a a direcionar a questão dos estudos
148 complementares para a ZPA 1 ser totalmente regulamentada. E uma dessas/
149 dessas/ desses encaminhamentos é exatamente o Plano de Manejo. Nós juntamos
150 a equipe multidisciplinar, juntamente definimos um termo de referência e a partir daí,
151 obtivemos a contratação. Fizemos a contratação da FUNPEC, para elaboração
152 desse Plano de Manejo. E isso, para o município é uma coisa muito importante, não
153 só porque lá, está realmente, está uma das áreas ambientais da cidade, mais
154 importantes, por ter no seu subsolo, grande parte do nosso aquífero, e a gente
155 entender que é uma área que, ela efetivamente, a gente tê-la como protegida é
156 necessário que esse Plano de Manejo atenda as necessidades que a área merece,
157 os cuidados que a área merece. Então, nós estamos aqui hoje num momento
158 realmente muito importante, não só prá todos nós que moramos nessa cidade, que
159 fazemos essa cidade, mas também, prá parte institucional. Prá Prefeitura, é muito
160 importante a gente tá finalizando, concretizando essas ações no sentido do cominho
161 do desenvolvimento sustentável, e que prá isso a gente precisa ter a parte da
162 legislação devidamente adequada e que ela possa realmente, cumprir o papel de
163 controle que nós precisamos. Muito obrigada. (aplausos) De ordem do Presidente
164 desta Audiência convido o Senhor Alvarado Queiroz, representante do IBAMA, para
165 compor a mesa dos trabalhos. (aplausos) (pausa) A palavra continua facultada.
166 (pausa) Boa tarde a todos e a todas. Aproveito a oportunidade para cumprimentar
167 todos que estão a Mesa e quero dizer como Representante da UFRN que é u prazer
168 enorme, é uma oportunidade ímpar prá todos que fazem a Universidade e puderam
169 de alguma forma contribuir para a execução desse trabalho. Acho que a equipe teve
170 o prazer de, na fase inicial, contribuir com esse trabalho, como os demais colegas
171 que aqui estão, na... coordenação, sob a coordenação do Professor Edilson, e acho
172 que, foi uma oportunidade ímpar, prá que a Universidade possa trabalhar em prol da
173 sociedade, conseqüentemente, da conservação da/ dos recursos naturais e do tão
174 propalado, colaborando portanto com o tão propalado desenvolvimento sustentado.
175 Que a equipe tenha conseguido realmente atender a contento, nós acreditamos
176 nisto, trabalhando com bastante seriedade e espero que a gente tenha podido
177 contribuir de forma efetiva para a elaboração do Plano de Manejo dessa região tão
178 importante dessa cidade. Muito obrigada. (aplausos) (Pausa). Ocupem os lugares no
179 auditório, para que o Professor Edilson Alves de Carvalho, Coordenador do Projeto
180 Plano de Manejo da Zona de Proteção Ambiental ZPA1, assuma dos trabalhos desta
181 mesa. (Pausa) Convido o Professor-Doutor Edilson Alves de Carvalho para fazer a
182 leitura do Regulamento da Audiência. (Pausa) Regulamento da Audiência Pública
183 para discussão do Plano de Manejo da Zona de Proteção Ambiental ZPA1- Natal.
184 **Artigo Primeiro:** Este Regulamento aplica-se a Audiência Pública para discussão
185 da proposta do Plano de Manejo para regulamentar a Zona de Proteção Ambiental
186 ZPA 1. **Artigo Segundo:** Os presentes à Audiência Pública deverão registrar seu
187 comparecimento na lista de presença, que ficará à disposição dos participantes,
188 fazendo constar o nome e número do documento de identidade. **Parágrafo Único:** No
189 local da lista de presença haverá distribuição de cópias deste Regulamento. **Artigo**
190 **Terceiro:** A Audiência será realizada por uma Mesa Diretora e um Plenário. **Artigo**
191 **Quarto:** A Mesa Diretora será composta pelo Presidente e Secretária. A Audiência
192 será presidida e secretariada pela UFRN que mediará os debates. Caberá à
193 Secretária coordenar a realização dos trabalhos e auxiliar o Presidente na condução

194 e mediação dos debates. A Ata Sumária e demais registros dos trabalhos realizados,
195 serão entregues à SEMURB no prazo de dez (10) dias úteis, constando: a) dia, hora,
196 local e duração do evento; b) componentes da mesa diretora; c) autoridades
197 presentes; d) fatos relevantes ocorridos na Audiência Pública; e) síntese dos temas
198 encaminhados para questionamentos do projeto apresentado e f) registro fotográfico
199 e mídia. **Artigo Quinto:** A Audiência terá/ terá início com o pronunciamento do
200 Presidente da Mesa Diretora sobre os procedimentos a serem observados durante
201 os trabalhos. Na seqüência, a equipe técnica responsável pela elabo/elaboração do
202 Plano de Manejo, terá quarenta (40) minutos, podendo ser prorro/ prorrogado por
203 mais dez (10) minutos, para realizar uma exposição técnica em linguagem clara e
204 objetiva. **Artigo Sétimo:** Será concedido um intervalo de dez (10) minutos para o
205 recolhimento dos formulários com perguntas e intervenção oral disponibilizados na
206 recepção, podendo este tempo ser prorrogado pelo Presidente. **Artigo Oitavo:** O
207 Presidente abrirá os debates organizando as questões por temática, iniciando por
208 intervenções escritas. **Parágrafo Primeiro:** Terminando o debate das intervenções
209 escritas, terá início as intervenções orais, as quais deverão ser formuladas no tempo
210 máximo de três minutos. **Parágrafo Segundo:** O Presidente deverá conduzir os
211 trabalhos com firmeza, não permitindo apartes ou manifestações extemporâneas de
212 qualquer natureza. **Artigo Terceiro:** Os esclarecimento/ **Parágrafo Terceiro:** Os
213 esclarecimentos e/ou respostas deverão ser na duração máxima de três (3) minutos,
214 prorrogável à critério do Presidente, por no máximo dois (2) minutos. **Parágrafo**
215 **Quarto:** O participante inscrito poderá se for o caso, solicitar esclarecimentos
216 adicionais através de manifestação oral, no tempo de até três (3) minutos. **Parágrafo**
217 **Quinto:** Os esclarecimentos adicionais deverão ser prestados no tempo de três (3)
218 minutos. **Parágrafo Sexto:** O participante inscrito não poderá ceder o tempo para
219 somar ou transferir para outro. **Artigo Oitavo:** Questionamentos ou apartes feitos
220 em nome de instituições, órgãos de classe, deverão ter a representatividade
221 comprovada. **Artigo Décimo:** A obstrução pelo público presente ao desenvolvimento
222 dos trabalhos ou o não cumprimento dos procedimentos estabelecidos neste
223 regulamento poderá acarretar suspensão ou até mesmo o encerramento da
224 Audiência Pública pelo Presidente. **Artigo Décimo-Primeiro:** No prazo de oito (8)
225 dias corridos, contados da data de realização da Audiência Pública, a UFRN
226 receberá comentários, manifestações e sugestões, que serão anexados a proposta
227 do Plano de Manejo. **Artigo Décimo-Segundo:** A UFRN fornecerá à SEMURB, em
228 dez (10) dias úteis depois da Audiência Pública, a transcrição da gravação do evento
229 em formato de ata. **Parágrafo Único:** Uma vez aprovada a ata da Audiência Pública
230 passará a ser parte integrante da documentação que acompanha a proposta do
231 Plano de Manejo. **Artigo Décimo-Terceiro:** A mídia de gravação para registro da
232 Audiência Pública será entregue a SEMURB num lapso temporal de dez (10) dias
233 úteis. **Artigo Décimo-Quarto:** Todos os documentos escritos e assinados que forem
234 entregues ao Presidente durante a Audiência serão recebidos mediante protocolo e
235 depois de anexados a ata que passarão a integrar a documentação da proposta do
236 Plano de Manejo. **Artigo Décimo-Quinto:** O encerramento da Audiência Pública
237 será realizado pelo Presidente da mesa diretora. **Artigo Décimo-Sexto:** Os casos
238 omissões serão resolvidos pela mesa diretora. (Pausa) Dando prosseguimentos, nós
239 gostaríamos de convidar o Professor Doutor Luiz Antonio Cestaro prá fazer a
240 apresentação da proposta do Plano de Manejo da ZPA 1. (aplausos) (Pausa) Bom,
241 boa tarde a todos. E eu fui incumbido pela equipe, de fazer uma explanação a
242 respeito do nosso trabalho. A... magnitude do que foi feito e a... exigüidade de tempo

243 que nós tivemos prá isso, pode nos levar a incorrer em algumas omissões, em
244 algumas... a passagens rápidas das informações, mas destacamos que o material
245 todo, encontra-se disponível em parte no site da SEMURB, no que diz respeito ao
246 Diagnóstico e a parte referente ao Zoneamento e ao plano/ e ao Plano de Manejo
247 propriamente dito, vai estar a disposição, inclusive deve ter uma cópia aqui...
248 disponível na mesa de recepção. Bom, nosso... objetivo então nesse momento, é
249 fazer ma explanação rápida do que foi produzido no trabalho, e a medida em que os
250 debates forem se... se estabelecer, as dúvidas poderão ser sanadas com os
251 especialistas ou com aquelas pessoas que trabalharam no no (ininteligível). Bom,
252 inicialmente, o que que é a ZPA. A Zona de Proteção Ambiental já foi definida
253 inicialmente no Plano Dire/ Diretor/ Plano Diretor de 1994, do Município de Natal e
254 refere-se justamente a orientação no que diz respeito ao/ à utilização do espaço
255 urbano, tratando-se de uma área na qual as características do meio físico restringem
256 uso e ocupação do solo urbano. Visando o quê? A proteção, manutenção e
257 recuperação de aspectos relacionados a paisagem, a história, a características ou
258 a... recursos arqueológicos e...científicos. Esse é do... a a definição da Zona de
259 Proteção Ambiental, a partir do Plano Diretor de 94. O Plano Diretor de 2007, ele/
260 ratifica esse... significado desse/ desse espaço urbano e amplia um pouco mais os
261 aspectos a serem considerados na... na/ no estabelecimento da importância das
262 Zonas de Proteção Ambiental. Aspectos esses... ampliados, está ali no Artigo
263 Dezessete, em destaque em amarelo, ambientais, ecológicos, turísticos, culturais e
264 arquitetônicos, adicionalmente aqueles que a lei anterior colocava. Bom, Natal tem
265 dez (10) Zonas de Proteção Ambiental, das quais, como a própria Secretária já nos/
266 AA destacou, na fala dela no início da nossa/ a existem cinco Zonas regulamentadas
267 e cinco não regulamentadas. Próximo, por favor. Bom, nosso tra/ nosso interesse
268 agora, se foca/ se focaliza na Zona de Proteção Ambiental 1, que foi criada pela Lei
269 Municipal 4.664, de 1995, e, no seu Artigo Segundo, destaca claramente: *Tendo*
270 *como objetivo a preservação e a conservação do campo dunar de Cidade*
271 *Nova, Candelária e Pitimbu.* É uma área de aproximadamente 695 hectares, e na/ na
272 própria lei de criação da ZPA, ela já destacava duas subzonas importantes. Uma
273 subzona 1, ou subzona de conservação e uma subzona 2, subzona de uso restrito.
274 Indicadas aí no mapa. Para os efeitos da lei a subzona de conservação SZ1, são
275 constituídas de grande potencialidade de recursos naturais e que apresentam
276 condições de fragilidade ambiental. Compreendendo os seguintes setores: O campo
277 dunar, que é a Subzona 1 A, e os corredores interdunares com presença de lagoas
278 intermitentes. Então, a lei já deixa claro a importância, os objetivos da criação desta
279 Unidade... dessas Zonas da ZPA 1 em função do relevante interesse ambiental, da
280 fragilidade ambiental dessas áreas. Próximo, por favor. Bom, no que se constituiu o
281 trabalho realizado pela UFRN. Nós trabalhamos em três (3) etapas. Produzindo três
282 (3) documentos, encadeados, um Diagnóstico Ambiental, um Zoneamento Ambiental
283 e um Plano de Manejo, efetivamente colocados. Salientamos que todos/ trata-se de
284 um trabalho exclusivamente técnico, onde os especialistas da área desenvolveram
285 seus trabalhos, e apresentam, efetivamente, como um instrumento técnico de
286 subsídio aos gestores tanto da ZPA como do município, no tocante aos
287 encadeamentos pertinentes. Próximo, por favor. Bom, o Diagnóstico Ambiental
288 constou de um meio físico, um/ uma caracterização do meio físico, em relação a
289 fatores climáticos, rochas, relevos, solos, a/ água superficial, águas subterrâneas,
290 depois uma caracterização do meio biótico, em relação a vegetação, flora e fauna.
291 Uma caracterização do meio socioeconômico e uma caracterização do uso e

292 ocupação do solo no âmbito da ZPA 1. Nós vamos passar com uma certa... aaa
293 síntese, uma síntese bastante rápida dentro do que se trata do diagnóstico da área,
294 tendo em vista destacar os elementos mais pertinentes, mais orientadores no
295 sentido do/ da criação/ do estabelecimento do zoneamento da área. Em relação ao
296 relevo e esse aí é o mapa de relevo da área, nós percebemos que duas unidades
297 geomorfológicas importantes ah ocorrem na área. O tabuleiro costeiro que dá
298 suporte ao campo dunar que sobre ele se estabeleceu. Percebemos aí pela imagem,
299 que predomina o campo de dunas sobre a área. – Deixa eu ver se tá funcionando o
300 meu apontador, que esse aqui é meio fraquinho – (pausa) O campo de dunas, aqui
301 em amarelo clarinho, creme, ocupa praticamente toda a área daa da ZPA 1. E a
302 outra unidade de relevo importante aí, são os tabuleiros costeiros, localdos/
303 localizados em pequenos espaços, pequenas manchas nesse/ nessa (duna?).
304 Então, o que nós podemos dizer é eu a ZPA 1, praticamente toda ela, está contida
305 sobre um campo de dunas, um campo dunar, com todas as suas características.
306 Temos aí, as feições desse campo dunar envolvendo corredores abertos e
307 fechados, e a... cristas de duna, dunas, - por favor, o próximo – um... prá gente ter
308 uma idéia melhor nas unidades geomorfológicas do tabuleiro costeiro, nas partes
309 mais... – é esse aqui – essa parte/ tá aqui, uma vista, o campo de dunas que domina
310 praticamente toda área com corredores interdunares abertos e com corredores
311 interdunares fechados. Essas são as feições que nós temos do ponto de vista
312 geomorfológico da área. – Próximo, por favor – O modelo digital do terreno onde
313 destaca prá gente as área, a movimentação desse relevo, nos destaca que, aqui é a
314 Avenida Omar O’Grady, a parte do campo dunar mais movi/ com o relevo mais
315 movimentado, e uma parte um pouco mais... plana, no entanto, não tão monótona, e
316 esse/ esse modelo digital serviu prá destacar prá gente as áreas mais elevadas e as
317 áreas mais baixas. E localizar nesta parte, entre a Omar O’Grady e a BR-101, áreas
318 bastante importantes do ponto de vista ecológico ou ambiental, no que diz respeito a
319 áreas baixas de captação de água... da chuva, mais intensamente, água de
320 escoamento também, e dunas que estão na área de... uso restrito da Zona de/ da
321 ZPA. – Próximo, por favor – Bom, com relação às águas subterra/ as superficiais, a
322 ZPA tá inserida na sub-bacia 16.5, de escoamento difuso e, a presença das dunas
323 fixas nessa/ nesse espaço, evita a ocorrência de escoamento superficial direto e
324 favorece predominantemente a infiltração das águas, de chuva, as quais tendem a
325 promover a recarga do Aquífero Barreiras subjacentes. Então essa água, a fácil, a
326 facilidade de infiltração dessas águas de chuva favorece a formação de lagoas e
327 riachos intermitentes, ou seja, que eles só se recarregam durante o período de
328 chuvas mais intensas. Entretanto, essa água infiltra com grande facilidade. Nós não
329 temos na área da ZPA, focos d’água permanente, expostos com superfície livre. –
330 Próximo, por favor. – Essas águas/ com relação às águas subterrâneas, o que nós
331 podemos dizer que ele é grandemente alimentado pela água das chuvas e
332 apresenta aqui um potencial/ potenciométrico mais elevado aqui justamente AL
333 longo da Omar O’Grady com/ onde estão localizados aqui. Essas/ essas indicações
334 aqui são de poços tubulares de captação de água, da CAERN, existentes na...
335 dentro da ZPA. E aí, o que é que acontece, nós temos o maior potencial
336 potenciométrico aqui, a tendência é que haja escoamento nessa direção e nessa
337 direção. Escoamento sub-superficial. Na área a profundidade média do lençol
338 freático tá entre doze vírgula nove (12,9) e cinqüenta e sete (57) metros de
339 profundidade. O que significa dizer que não existe afloramento de água do aquífero,
340 quer dizer, nós teríamos que ter no mínimo, uma lâmina de infiltração de doze (12)

341 metros, prá que a gente tivesse água permanentemente na superfície do... da...
342 água em superfície ali. A taxa de infiltração estimada é em torno de vinte e seis por
343 cento (26%) da água que chove, ela infiltra na área. São estimativas dos modelos
344 hidrológicos prá trabalhar com/ com dunas, com a/ com areia, e... estima-se,
345 preliminarmente um volume médio infiltrado na área, da ordem de três milhões de
346 metros cúbicos (3.000.000m³) por ano. O especialista que trata/ tratou desse estudo,
347 ele ressalta que esses números ainda precisam ser um pouco mais... estudados
348 com um pouco mais de detalhes prá ver se realmente esses números são
349 fidedignos. Mas, é uma estimativa, ok? Com relação à qualidade dessa água
350 subterrânea, a análise da qualidade da água dos poços existentes no entorno e na
351 ZPA, indica que existem indícios de contaminação ou inadequação dessa água para
352 uso, em função dos teores de amônia e de nitrato. Isso para alguns poços
353 isoladamente. O que permitiu determinar a vulnerabilidade do aquífero da seguinte
354 maneira: a maior parte do... da área, a maior parte dos poços analisados tem uma
355 vulnerabilidade de baixa a moderada. Os setores 1 e 2 assinalados no mapa. E um
356 poço no extremo sul foi observado uma vulnerabilidade me/ moderada, e um outro
357 com a vulnerabilidade alta próxima a/ Então, isso tudo dá uma indicação que a
358 qualidade dessas águas... elas podem sofrer uma/ alguma interferência do
359 (caminhamento?) do fluxo de água subterrânea. Os estudos hidrológicos e de/ da
360 de superfície, de superfície determinaram/ apresentaram algumas diretrizes, para
361 orientar o zoneamento e o uso dessa área. Então as orientações dadas ou
362 recomendadas, é no sentido de não permitir uso do solo, nem ocupação do campo
363 de dunas, especialmente no trecho entre Avenida Omar O'Grady e os Bairros de
364 Cidade Nova e Pitimbu. Aquela área que a gente chamou lá de Setor 1. Promover a
365 preservação do campo de dunas fixas da ZPA 1 e a recuperação dos setores
366 degradados, no sentido de minimizar ou de tentar reverter os processos de
367 contaminação de superfícies, que possam provocar aí, a lixiviação de material que
368 possa contaminar o lençol subterrâneo. Outra recomendação foi promover a coleta
369 adequada de lixo, esgotamento sanitário no domínio e no entorno da ZPA 1, tendo
370 em vista aí, a relevância que a área apresenta para/ como estoque ou como fonte de
371 água para abastecimento urbano. Bom, com relação à parte biótica, o meio biótico,
372 foi feita uma análise, um estudo com relação a vegetação, com relação a flora e com
373 relação a fauna. A síntese disso, mostra que, pelo mapa de vegetação da área, a
374 maior parte, justamente de vegetação natural, encontra-se entre a Omar O'Grady e
375 Cidade Nova, e a/ com várias manchas de vegetação nativa, na parte destinada
376 justamente ao uso restrito no zoneamento legal. A vegetação mais importante, - por
377 favor, o próximo. - (está?) com a Floresta Estacional Semidesidual, que ocupa
378 quatro por cento (4%) da área, vegetação mais exuberante, depois seguido pelas
379 Restingas Arbustivas e Densa ocupando quase que cinqüenta por cento (50%) da
380 área da ZPA. Outro tipo de vegetação nativa aqui, a Savana Arborizada ligada aos
381 Tabuleiros Costeiros tem uma extensão bastante... pequena. Praticamente não tá
382 representada aí os Tabuleiros Costeiros na Unidade, visto que as áreas que a gente
383 tem como Tabuleiros Costeiros do ponto de vista geomorfológico, eles estão, quase
384 que todos eles, descaracterizados do ponto de vista de sua cobertura vegetal
385 original. - Próximo, por favor. - Uma síntese aí, da Floresta Estacional Desidual,
386 embora ela ocupe uma área relativamente pequena, ela tem uma função
387 extremamente importante do ponto de vista ambiental, já que ela ocupa os fundos
388 de vale e os corredores interdunares. Tratando-se aí, de uma comunidade das
389 mais... complexas do ponto de vista... biótico que a gente tem dentro dos limites da

390 ZPA. E... elas só/ esses fragmentos de Floresta Estacional são representantes
391 genuínos da Floresta da Mata Atlântica, do Bioma da Mata Atlântica dentro do nosso
392 Estado. E, por isso, elas são... bastante... visados do ponto de vista ligal/ legal, em
393 termos de suas restrições de uso e sua proteção, conforme a gente pode elencar.
394 É... é Patrimônio Nacional de acordo com a Constituição, tem caráter de
395 conservação e proteção do seu uso, quer dizer, é área de preservação permanente,
396 área de preservação, e preservação... ampa/ protegida também pelas/ pela
397 legislação que trata da preservação de florestas e de áreas urbanas. Enfim, ela é/ é
398 dos nossos representantes aí, bastante importante. Do ponto de vista de extensão
399 são Restingas Arbustivas que são as mais extensas, ocupando aí quase metade do
400 Estado, perdão, da ZPA. E essas Restingas tratam do que, de vegetação nativa que
401 recobre as areias Quartizozas Holocênicas de origem marinha. Ou seja, que
402 ocorrem sobre/ toda a área onde a gente tem areias originadas da costa, da linha de
403 praia, ou seja, tudo que está sobre o campo de duna, são identificadas como
404 Restingas. E aí, a gente tem as Restingas Arbórea, - retorna, por favor. – as
405 Restingas Arbóreas Densas, mais representativas em termos de extensão, e as
406 Esparsas. Essa Restinga Esparsa trata-se na verdade, de uma vegetação que está
407 em recuperação em função da destruição sofrida pela Restinga Arbustiva Densa de
408 uma maneira geral. Várias são as ações que ocorrem na região/ na área e a esses
409 cento e quinze (115) quilo/ hectares são testemunha disso, dos atos de destruição
410 dessas Restingas por vários motivos, principalmente por incêndio, remoção de areia
411 e tudo mais. Então, exemplos aí, de queimadas recentes ocorridas nas dunas... na
412 Restinga próximo a Candelária, e esses solos, uma vez removida essa vegetação,
413 eles tornam-se extremamente frágeis e desestruturados. Originalmente, essas areias
414 são desestruturadas, elas não se aglutinam formando... criando resistência a
415 movimentação, então, quando se forma o solo em função da instalação da
416 vegetação, da presença de matéria orgânica de raízes, esse solo se torna pouco
417 mais acrescido e mais estável. No momento que a gente remove essa vegetação, a
418 tendência é que essas raízes desapa/ morram e esse solo se torne bastante... frágil
419 e possa se/... recuperar seu movimento em função da ação dos ventos. Então, a
420 vegetação assume um papel extremamente importante como fixadora dessas dunas.
421 Tanto é que ela é tratada como área de preservação permanente pelo nosso Código
422 Florestal Brasileiro, e por outras leis, tanto a municipal como Resolução do
423 (ininteligível). Outra... outro sistema de vegetação que a gente tem ali e que não é
424 muito extenso, como já disse, são as Savanas Arborizadas que ocorrem sobre os
425 Tabuleiros. Ocorrem no máximo de... não chegam a um (1) hectare. E que, embora
426 não tenham uma expressividade muito grande, do ponto de vista espacial, são áreas
427 extremamente importantes porque é um outro Bioma que a gente tem representado
428 aqui no nosso Estado/ no nosso Estado, que são os Cerrados. E de uma maneira
429 geral a gente tem pouca/ poucas ações efetivas no sentido de preservar os nossos
430 Tabuleiros. E a gente... o mesmo tá acontecendo na nossa área que num tem tanto/
431 tanta Savana assim. – Próximo, por favor. – Com relação a Flora, foram encontradas
432 cento e oitenta e uma (181) espécies de plantas nativas e trinta e oito (38) espécies
433 exóticas plantadas ou... espontâneas que ocorrem na área. Foram identificadas três
434 (3) espécies ameaçadas de extinção, em diferentes graus de gravidade. Essas três
435 (3) espécies, Pau-Brasil, Goititubá e Pau d'Arco Roxo, estão associadas
436 principalmente, a...a Floresta Estacional. As ações da população do entorno e de
437 outros visitante à área é bastante intensa no sentido de capturar ou de retirar
438 espécies, com interesse do ponto de vista ornamental, prá... prá... utilizar em casa,

439 ou mesmo prá comércio. Orquídeas, bromélias e cactos são bastante... visados ou
440 bus/ procurados com essa intenção. Com impacto bastante importante na área. Com
441 relação à fauna, nós fizemos levantamento dos... dos anfíbios, de lagartos, do/ da
442 fauna, perdão, das aves e dos mamíferos. Com relação aos lagartos e anfíbios, nós
443 fo/ fo/ nós encontramos dezesseis (16) espécies, duas com bastante destaque. Uma
444 que é endêmica do Rio Grande do Norte, ou seja, só ocorre aqui no Rio Grande do
445 Norte, está presente ali, que é (Anfisbienarreti?) e o (Coleodactilus Natalensis?) que
446 tá aí no... na foto em cima do/ prá comparar sobre o dedo de uma modelo, aí, de
447 referência, servindo/ servindo de referência. É um dos menores lagartos do mundo e
448 tem uma distribuição extremamente restrita, pelo que a gente tem visto, pelo que a
449 Professora (Aelisia?) tem observado... o Parque das Dunas e agora, a ZPA. Então,
450 também é um motivo bastante preocupante prá nós... o fato de termos essa
451 responsabilidade de cuidar dessa espécie também, que foi colocado aqui sob a
452 nossa guarda, vamos dizer assim, que é o Coleodactilus Natalensis. – Próximo, por
453 favor. – Com relação às aves, um levantamento bastante detalhado, mostrou que
454 existe na área sessenta e cinco (65) espécies de aves nativas. Cinco delas foram
455 consideradas raras, e quinze (15) não tão comuns... prá oco/ na região. Cinq/...
456 cinqüenta e sete (57) dessas espécies, cinqüenta e oito, perdão, espécies dessa
457 área são residentes, ou seja, elas moram, edificam, tem sua vida toda ela ligada...
458 ao... à vegetação natural da ZPA e dezessete (17) dessas espécies são totalmente
459 dependentes dos recursos existentes ali e trinta e oito (38) são semi-dependentes. E
460 nove (9) espécies são totalmente sensíveis às alterações provocadas pelo homem
461 no ambiente. Então, elas também tem aí uma certa preocupação com relação a isso.
462 Muitas espécies das registradas são perseguidas prá captura, prá criação em
463 cativeiro, prá... ponto de vista da... de... ave canora, ou mesmo prá... ornam/ aves
464 ornamentais. E, importante também, é que foram achadas duas espécies
465 ameaçadas de extinção. Duas espécies de Xorozinho, uma do papo preto e a ôta do
466 Xororinho da caatinga que tão na lista vermelha das es/ das espécies de aves
467 ameaçadas de extinção e que ocorrem aí no parque, ressaltando a importância
468 dessa área também no que diz respeito à... às aves. Foram encontradas também,
469 duas (2) espécies de mamíferos bastante importantes, uma raposa e um gato
470 maracajá, são espécies de (topo?) de cadeia e como tal... predadores que são, eles
471 exigem para sua sobrevivência, de vastas áreas de caça. Então a presença deles no
472 parque mostra que eles têm aí, uma área bastante importante de alimentação e de
473 residência e, também como área aonde eles podem fazer a... a sua área de vida,
474 envolvendo aí com o Parque das Dunas, com outras/ outros fragmentos... de
475 vegetação nativa do Município. O que é que o... o Diagnóstico do Meio Físico
476 recomendou, ou mostrou como serviços ambientais que a... o Meio Biótico po/
477 produz dentro do parque, dentro da área da ZPA, perdão. Redução das
478 temperaturas urbanas e a elevação da umidade relativa do ar; remoção do material
479 particulado do ar por deposição na folhagem; redução dos resíduos urbanos para os
480 moradores vizinhos; raio de filtração e captação de água de chuva em ambiente
481 salubre; essencial para alimentar o aquífero que abastece a cidade; fixação de um
482 volume significativo de areia que, se exposta irá se movimentar em direção aos
483 bairros de Cidade da Esperança e Cidade Nova; manutenção de espécies silvestres
484 várias delas ameaçadas de extinção; contribui também para a diversificação da
485 paisagem urbana e integra com as demais áreas do município... com as d/ se
486 integra às demais áreas verdes do município, permitindo a residência e
487 deslocamento de animais e plantas silvestres essenciais para o equilíbrio. Quer

488 dizer, a ZPA não está sozinha dentro do contexto de ambiente natural, dentro do
489 estado/ do município, perdão. Se nós formos olhar as demais áreas, as Zonas de
490 Proteção Ambiental que nós temos aqui no estado, várias delas, as dez, tem
491 posições bastante importantes no sentido de criar um.. mosaico de áreas naturais
492 ainda existentes na cidade e que com um bom planejamento nós podemos conectar
493 essas áreas, através de várias... expedientes aí, e permitir que pó/ as espécies
494 possam/ as espécies silvestres possam passar através da cidade de uma maneira
495 mais... .. permeável, vamos dizer assim, de uma maneira mais fácil. Então, ela é
496 fundamental, a ZPA, nesse/ nessa estratégia de... conservação de espécie,
497 conservação de ecossistemas naturais dentro do município. – Próximo, por favor. –
498 Com relação ao meio socioeconômico, foram feitos du/... entrevistas com várias
499 entidades, com vários... representantes da sociedade dos três bairros Candelária,
500 Pitimbu e Cidade Nova, e aplicado questionário, cerca de duzentos e cinqüenta
501 (250) questionários com a população local. Então nós vamos dentro da vasta gama
502 de dados e de informações obtidas a partir desse levantamento nós só vamos
503 destacar aqueles que mais diretamente ligados a questão das áreas/ da ZPA
504 enquanto unidade de conservação e de proteção ambiental. Cerca de sessenta e
505 dois e meio por cento (62,5%) dos moradores entrevistados desconhece o que seja
506 uma ZPA, saliente-se que essas pessoas são moradores que estão mais ou menos
507 próximos... a... a ZPA ou mesmo moradores da parte interna, dentro da própria ZPA.
508 Desses que conhecem a ZPA, apenas cinqüenta e cinco por cento (55%), ou seja,
509 quase me/ um pouco mais da metade relacionou ZPA com área de proteção
510 ambiental ou de proteção da natureza. No dem/ demonstrado aí, dá um certo
511 desconhecimento da população com relação ao que seja ZPA. Cerca de vinte e seis
512 vírgula cinco por cento (26,5%) dos entrevistados afirmaram freqüentar os espaços
513 da ZPA 1. Com que finalidade? Geralmente, prá fazer trilhas, como lazer, jogar... um
514 futebol... uma coisa assim e, também, prá passeio, coleta de recursos. Sessenta e
515 oito vírgula quatro por cento (68,4%) dos entrevistados é... acha benéfico morar na
516 área do... próximo a uma área natural e vinte e quatro e meio por cento (24,5%)
517 acha/ vinte e quatro vírgula nove por cento (24,9%) acham que é desvantajoso essa/
518 morar aí perto. A vantagem citada é geralmente relacionadas a benefícios à saúde,
519 à valorização dos elementos naturais e coisas assim. Uso e ocupação do solo
520 mostra, mais ou menos, a ou/ juntamente com o mapa de vege/ de cobertura
521 vegetal, detalha mais as áreas construídas, mostra aqui a presença do nosso
522 Parque Municipal... Dom Eugênio Monte, e mostra que a gente tem muitas áreas
523 construídas, mas ainda há também alguns espaços vazios ainda com potencial de
524 construção. E também mostra que mesmo nessa Zê/ nessa zona de... de uso restrito
525 ainda existem áreas natu/ nativas/ naturais ainda, sem... com certo poder de
526 conservação/ grau de conservação. Maior parte evidentemente ainda trata-e de
527 vegeta/ trata-se de áreas naturais, quase que oiten/ oitenta por cento (80%) da área,
528 ainda é área institucional, relativa ao parque, dunas sem vegetação, ou coberta de
529 vegetação natural e lagoas intermitentes. – Próximo, por favor. – O Zoneamento
530 Ambiental, na verdade ele seguiu o que dizia a lei de criação, que tratava de uma
531 Zona de Uso Restrito, aonde estava facultado/ havia possibilidade de construções e
532 uma Zona de Conservação, que no nosso estudo foi chamada de Zona Primitiva.
533 Depois, uma Zona Especial associada aqui à sede do Parque da Cidade, algumas
534 Zonas de... proteto/ de Urbanização Controlada e algumas usos/ áreas de usos
535 conflitantes e de uso extensivo, como a gente vai colocar agora rapidamente prá
536 vocês. Na Zona Primitiva foi/ foram elencados além dos objetivos dessa área, o que

537 se sugere que seja permitido, as ações que possam ser realizadas dentro dessa
538 zona, e aquelas que são proibidas. Então, pesquisa científica; atividade de
539 recuperação; atividades de monitoramento ambiental; visitação restrita e atividades
540 de fiscalização são áreas possíveis e necessárias de serem realizadas nessa Zona
541 Primitiva. E são proibidas edificações ou qualquer descaracterização do espaço
542 natural; instalações de lixões e aterros sanitários; lançamento de efluentes e líquidos
543 urbano e industrial; retirada de areia; (ininteligível) de ambientação, enfim, um
544 conjunto bastante grande de restrições e limitações. Na área de Uso Especial, que é
545 a zona destinada aos portais de acesso... os portais de acesso e a sede do parque
546 municipal e a centralização dos serviços de uso público, regulamentações
547 específicas relacionadas efetivamente a operação do... do parque. O Zoneamento
548 na/ as... permissões e restrições ligadas ao zoneamento da... na Zona de
549 Urbanização Controlada tem como permissões sugeridas: construções de pequeno
550 porte para uso comercial e não residencial, apenas obedecendo as restrições da lei
551 de criação da ZPA, que regulamentou (ininteligível) as Subzonas de Uso Restrito
552 servidas por rede pública de esgotamento sanitário, essa é a... a orientação.
553 Adicionalmente, instalação de equipamentos de infra-estruturar de serviço público,
554 destinados a proporcionar uma capacidade de suporte compatível com os usos
555 permitidos. Ou seja, se é possível construir-se casas e pequenas edificações, deve
556 ser dado condições prá que elas... existam, sejam construídas sem causar impactos
557 aos serviços que a área presta à sociedade. Como proibições sugerem-se sejam
558 proibidas as edificações que ultrapassem as condicionantes de uso e ocupação de
559 solos, definidas pela Lei de Criação da ZPA; deposição de lixo; execução de aterros
560 e movimentos de terra não autorizados; lançamento de descarga e de despejos de
561 efluentes urbano e industrial, exceto o esgoto das construções já instaladas, até que
562 seja implantada a rede de esgoto efetivamente; instalação de usos e
563 desenvolvimento de atividades que apresentem risco de contaminação química do
564 solo e do subsolo devem ser vetadas. Com relação às Zonas de Uso Conflitante que
565 diz respeito, justamente as áreas/ a essas duas zonas principais. O que está dentro
566 dessa zona e que não segue o que foi sugerido como permissões, e o que está
567 dentro dessa zona que também não segue, então a gente considerou como zonas
568 de//... Subzonas de Uso Conflitante. Aí aparecem zonas de interesse social, uma
569 granja que existe instalada... aqui... uma área institucional, que está numa área
570 onde devia ser justamente onde devia ser área de conservação e, aqui APPs que
571 estão justamente nessa área. - Por favor. – Nas subzonas de interesse social, são
572 construções que nós temos moradias aqui nessa área de Cidade Nova... o objetivo
573 que se sugere prá manejar essa área é reconhecer essas urbanizações como de
574 interesse social, tornando possível justamente a Regulamentação de Uso com
575 Regulamentações Específicas, ou seja, a forma como vai ter que se criar condições
576 prá que a... a permanência dessa urbanização não incorra em riscos a... a efetivo
577 uso dessa área aqui. - Eu só vou passar próximo, por favor. – (Para todos os ?)
578 equipamentos institucionais o objetivo do manejo é reconhecer essas urbanizações
579 como de interesse público, tornando possível o ajustamento da Regulamentação de
580 uso, e aí, a gente diz o que tem que ser feito e o que não tem que ser feito prá que
581 isso efetivamente ocorra. Com relação às áreas de proteção permanente, que estão
582 justamente em conflito por conta dessa zona vermelha aí ser uma área de uso
583 restrito, é de que a gente tenha aí, fundos de vales revestidos de vegetação, ou
584 dunas total ou parcialmente cobertas por vegetação natural, e que são protegidas
585 por lei em função de que esses fragmentos mantêm a infiltração de/ natural de

586 águas, a circulação de ventos, favorece o deslocamento de fauna e flora. Então,
587 sugere-se, no zoneamento que essas áreas sejam reorganizadas no sentido de
588 poder cumprir as suas funções, inclusive previstas em lei. E aí, o que é que se
589 sugere prá essas áreas? Que sejam utilizadas prá captação de águas pluviais, a
590 impermeabilização crescente do seu entorno pode fazer com que essas áreas,
591 sejam áreas de captação das águas pluviais, provavelmente superficiais;
592 permanência de ocupações já instaladas; recuperação ambiental; fiscalização;
593 controle de usos indevidos e monitoramento ambiental, e também, que sejam
594 usados para educação ambiental. - Próxima. – Com relação às Zonas de Usos
595 Extensivos elas estão ligadas tanto ao parque municipal como algumas áreas que
596 foram indicadas como de uso pela população local e também áreas que necessitam
597 de alguma recuperação. Então, as Zonas de Usos Extensivos foram indicados como
598 as trilhas interpretativas, que tem como objetivo permitir o contato do público com o
599 ambiente natural, principalmente, dentro aí, do parque municipal. Áreas de
600 empréstimos que a gente tem aqui, que foram área de retirada de material do...
601 Barreiras prá usar geralmente em construção, em... suporte prá vias de circulação e
602 que sugere-se que esta área seja transformada num viveiro ou num canteiro, para
603 produção de mudas com o objetivo também de educação ambiental, coisas assim. O
604 mirante que é uma área que já vem sendo usada pela população, sobre uma duna
605 prá ficar observando a paisagem ali, sugere-se também uma regulamentação para
606 utilização dessa área como mirante natural, com o objetivo também de proporcionar
607 lazer contemplativo, desde que de uma forma ordenada. E um campo de futebol,
608 que existe... na no meio das dunas e que normalmente é utilizado e que tem que ser
609 disciplinado o seu uso, de forma de forma a ser integrada tanto aos/às funções do
610 parque, quanto à expectativas da população. – Próximo, por favor. – Bom, o Plano
611 de Manejo visa justamente tentar operacionalizar o que o Zoneamento determina, ou
612 o que ele recomenda ou sugere. E aí, foram... criados... ou esse Plano de Manejo é
613 constituído de três programas principais. Um Programa de Conhecimento, um
614 Programa de Gestão Ambiental e um Programa de Gestão Institucional, todos eles
615 contendo diretrizes e orientações no sentido de que sejam efetivamente
616 implantadas... essas... esse Zoneamento. Bom, o Programa de Conhecimento é
617 composto de dois subprogramas de estudos e de pesquisas e monitoramento
618 ambiental. Enquanto que o Programa de Gestão Ambiental consta de um programa/
619 de um subprograma de administração, uma/ um de infra-estrutura urbana, uma de
620 integração e outra de recuperação ambiental. E outras/ dentro de Gestão
621 Institucional uma/ dois/ três subprogramas: gestão compartilhada, cooperação
622 constitucional e aperfeiçoamento normativo. Cada um deles com suas ações e
623 estratégias específicas. Dentro do subprograma de estudos e pesquisas dentro do
624 Programa de Conhecimento é elencado um conjunto de pesquisas prioritárias que
625 poderiam ser incentivadas ou recomendadas prá dentro da/ desse espaço da
626 unidade, e aí, ou algumas ações estratégicas. Criação e instalação de estrutura
627 logística e procedimentos para o desenvolvimento de estudos e pesquisa e a
628 priorização de temáticas, para a realização desses estudos e pesquisas. Isso tudo
629 está elencado dentro do... do subprograma de estudos e pesquisas. No... no
630 subprograma do monitoramento ambiental envolve-se estudos ou monitoramento
631 prá se acompanhar como vai/ vão evoluir o meio/ vai evoluir o meio natural dentro da
632 ZPA em relação à flora, fauna, as caract/ aspectos climáticos, aspectos do meio
633 físico, recursos hídricos e interações sociais. Mas com todas as/ as/... as ações
634 sugeridas. No subprograma de administração de gestão/ no Programa de Gestão

635 Ambiental, no subprograma de administração ações estratégias destacadas:
636 implantação da infra-estrutura física, logística para apoiar a gestão da ZPA e do
637 parque que deveriam, na opinião dos técnicos... ser feitas conjuntamente; captação
638 e treinamento básico do efetivo de funcionários e agentes ambientais e como isso
639 deveria ser feito; estabelecimento e manut/ manualização de rotinas administrativas,
640 de manutenção, controle, segurança e fiscalização; estabelecimento de padrões
641 para o uso público compatível com as metas ambientais e capacidade de suporte e,
642 controle, fiscalização, segurança e prevenção de acidentes, como deveria ser...
643 conduzido isso, se recomenda. Quanto ao subprograma de administra/ de infra-
644 estrutura urbana, perdão, gestão de esgoto, como isso deve ser tratado; adequação
645 da drenagem; gestão de resíduos sólidos; gestão do sistema viário... tudo no âmbito
646 da ZPA 1. Integração, envolvendo comunicação e marketing, como deveria ser
647 divulgado, como deve ser tratado a... a ligação, vamos dizer assim, da ZPA com o
648 público... morador, com a vizinhança, com... cidade/ com os moradores de Natal e
649 até o estado e mundo. O programa de Edu/ de estratégias e ações ligadas à
650 educação ambiental para a clientela do ensino; educação ambiental para as
651 comunidades do entorno; sine/ sinalização informativa e educativa. E, prá
652 recuperação ambiental são sugeridas estratégias em termos de recuperação de
653 áreas degradadas, reordenamento do uso do solo em algumas condições e
654 planejamento de corredores ecológico, porque a gente já falou alguma coisa
655 anteriormente. E, no Programa de Gestão Institucional, no subprograma gestão
656 compartilhada a ação estratégica ligada à instituição, instalação e regulamentação
657 da instância de gestão compartilhada, como isso deve ser construído; cooperação
658 interinstitucional; estruturação de rede de cooperação interinstitucional, quem
659 deveria estar envolvido, quais os órgãos que deveriam estar envolvidos na gestão
660 desse... dessa unidade e o aperfeiçoamento normativo com a estruturação de
661 sistemática para acompanhamento, complementação e revisão do Plano de Manejo,
662 quando isso for necessário.- Próximo, por favor. – Bom, isso foi em grosso/ linhas
663 bastante gerais o que o projeto/ o estudo produziu. Quem executou esse projeto foi
664 envolvido de uma maneira direta, cerca de trinta e seis (36) pessoas com as
665 seguintes titula/ titulações: Quinz/ treze (13) Doutores, perdão, quatro (4) Mestres,
666 dois (2) Especialistas, cinco (5) Graduados e doze (12) alunos. A equipe a gente
667 colocou aí com... o... com as especificações da... da profissão de cada um, em
668 termos de/ desde quem trabalhou no Diagnóstico do Meio Físico, do Meio Biótico, no
669 Diagnóstico Socio-econômico, no Uso e Ocupação do Solo, sua titulação e a sua
670 qualificação profissional, então são vários profissionais que trabalharam em vários
671 momentos distintos, alguns de uma forma muito mais abrangente e outros de uma
672 forma um pouco mais localizada, mas tem aí dentro a participação de todo esse
673 grupo. – Por favor.- E o apoio técnico, e a comissão social e de projetos e os alunos
674 – Por favor. – bolsistas que, lá do... da Geografia, da Biologia, principalmente que
675 trabalharam. Então, obrigado prá vocês pela assistência. (aplausos) Nós vamos
676 retornar a nossa atividade, na sua segunda parte, pedindo às pessoas que ainda
677 estão formulando suas perguntas por escrito, que o façam. Vamos dar início de
678 imediato a essas perguntas por escrito, quando elas acabarem, nós passamos às
679 indagações orais. Pergunta de Gustavo Zilasi, representante (Destaque?) Pesquisa
680 – Considerando a bibliografia referenciada da análise das unidades
681 geomorfológicas... para... - tem um nome aqui de um autor, tá colocado e não estou
682 conseguindo ler, - mas Nazareth Duarte e Silva, 2002, página tal, tal, tal. Causa-nos
683 estranheza a afirmação da existência de dunas móveis na área, quando sabe-se que

684 a área não está sob ação direta dos ventos frontais e sabendo-se que aquelas
685 dunas, são remanescentes de dunas vegetadas que foram descaracterizadas.
686 Sabendo-se que a erosão na área é mecânica, decorrente da ação antrópica.
687 Pergunta-se: Que tipo de análise, metodologia adotada para auferir tal afirmação
688 para a existência de dunas móveis? Essa questão é uma questão específica, nós,
689 não por acaso, temos aqui na sala a presença da Professora Zuleide que fez o
690 estudo mais diretamente relacionado com a geomorfologia. Então, nós gostaríamos
691 de pedir a Professora Zuleide que... respondesse essa questão. (pausa) Eh... Boa
692 tarde a todos, meu nome é Zuleide, sou professora da UFRN. Eu só queria saber
693 qu'eu entrei agora, queria saber quem fez essa pergunta? Prá poder me dirigir. –
694 Gustavo Zilasi. (pausa) Aqui na frente. – É... Gustavo, a gente se baseou, primeiro
695 nas fotografias aéreas, que foram fei/ que foi feito um estudo e fotografias aéreas,
696 e... prá gente definir se é duna móvel ou fixa, primeira providência é saber se ela
697 está ou não vegetada, certo? Uma duna fixa ela está vegetada em uma duna móvel.
698 Mesmo que ela/ uma vez ela tenha sido fixa e retirada a vegetação, ela vai se
699 mover, certo? Então, ela PASSA a ser duna móvel. No caso lá, a gente sabe que na
700 porção... noroeste da área tem as dunas fixas, justamente onde vai ser um teleférico
701 do... na parte do parque. Então, aquela ali é duna móvel porque ela se movimenta
702 através dos ventos (sometano?) ok? – Obrigado, professora. Dando continuidade,
703 pergunta de Margareth Costa Andrade - Segundo Damiano Pita não pode colocar
704 piçarro de imediato sem permissão do IBAMA. De imediato, quais serão as medidas
705 para que seja salvaguardado o direito de transitar adequadamente, pois as chuvas
706 deteriorou por completo as vias de acesso. Entendemos que as vias de acesso não
707 são áreas de infiltração, para isso existe a área chamada primitiva e os fragmentos.
708 (pausa) É meio difícil de direcionar, mas eu acredito que, talvez a própria Prefeitura
709 pudesse dar a resposta prá isso aqui. Por que... não tem aqui de imediato uma
710 resposta prá isso. (pausa) Teria alguém da Prefeitura que pudesse... dar essa
711 resposta? Ou no caso a Professora... Rosa Pinheiro. (pausa) - Bom, a pessoa que
712 fez a pergunta? O... a proposta ela estabelece, digamos a zona, a Zona Primitiva
713 que seriam as áreas que devem ser mantidas como/ com a vegetação e também
714 receber as ações de recuperação ambiental e as zonas que seriam de ocupação e
715 urbanização controlada que está/ seriam prá, justamente, continuar com a/ o/ a
716 mesma prescrição que já estava estabelecida na outra... regulamentação. O plano/ o
717 estudo ele aponta prá necessidade de um/ todo um trabalho de ordenamento viário.
718 Ou seja, algumas ruas que estão em áreas que vão voltar a ser/ que está sendo
719 proposto como voltando a ser área de recuperação, precisariam ser remanejadas
720 prá que possam continuar dando acesso aos lotes que vão ser passíveis de serem
721 ocupados. Com relação às questões viárias, se compreende que existe a
722 necessidade de todo um planejamento viário, o estudo aponta prá essa
723 necessidade, inclusive com a redefinição de algumas localizações de ruas e, é claro,
724 que as áreas destinadas à ruas devem ter tratamento de rua. Devem ter tratamento
725 prá rua, de não se/ e caso possam ter/ ser... digamos, sofrer algum tipo de estragos
726 pelas chuvas, elas devem receber a condição. O estudo em nenhum momento
727 aponta prá... digamos essa proibição de manter ruas nas áreas, ou de tirar digamos
728 não permitir que se faça recuperação específica prá isso, inclusive apontando para
729 essa necessidade da/ do reordenamento viário. (pausa) – Pois não. (pausa) – Rosa,
730 é o seguinte, há mais de dez (10) anos eu moro no Sanvale, eu vi praticamente
731 aquilo ali ser construído, casa a casa. Eu conheço casas que o dono nunca me viu,
732 porque eu tava participando, sempre olhando a obra. E, eu vejo estudo e estudo e

733 você procura ver e você não consegue trafegar, você num consegue ter o direito
734 mínimo, do seu carrinho, porque é buraco, é cratera, é HORRÍVEL você chegar na
735 sua residência. Só qu'eu não abro mão de morar lá, ótima qualidade de vida,
736 tranqüilo, próximo de tudo que é de supermercado. Então eu num to arrependida e
737 não quero sair de lá, mas em termos de você ANDAR, ter o direito de ir e vir, não
738 tem ônibus nenhum. Não tem nem ônibus por perto, nem microônibus, nem
739 bestinha, nem nada. O povo pensa que ali num se tem empregada doméstica,
740 ninguém tem nada. É sempre você no carro prá cima e prá baixo. Quando é período
741 de chuva, é um HO/ um absurdo. Aí, eu ligo prá Damião Pita, ele me diz: *Agora nem*
742 *trator pode mais porque o IBAMA não tá permitindo mais botar piçarro, tirar piçarro.*
743 E, eu inda to vendo qué projeto, pelo qui é de estudo aí, é a loooongo prazo, nunca
744 se tem nada assim. Eu digo: E qual é o tempo? Eu quero ver pelo menos as ruas
745 básicas. Porque da última vez que foi a eleição de Carlos Eduardo, ele fez a Manoel
746 Tava/ a Saint-Exuperry, e ali era prá ter sido feito, no mínimo, um AGÁ, foi isso que
747 ficou comprometido na Associação do Bairro. A Saint-Exuperry, a Manoel Tavares e
748 a Tropical, ligando Parque das Colinas à Satélite. NUNCA foi feito nada, já vai sair
749 do governo e nada. Sabe o que é que os funcionários me dizem? Na prefeitura?
750 (som de campainha) Ali num dá VOTO! São casas grandes com três (3) pessoas.
751 (mais uma vez a campainha direto) Vai dá voto no Parque das Colinas, lá em Nossa
752 Senhora da Apresentação, é por isso que tão fazendo.(Continua direto a campainha)
753 Mas Sanvale num tem voto.Entendeu? Então fica/ agora o IPTU quando dá dez (10)
754 dias, doze (12) dias, quinze (15) no mais tardar, no mês de janeiro, o IPTU chega
755 violento e ninguém sabe ninguém viu! Eu já procurei/ então me diga quem me dá
756 resposta e prazos, se pode, prá ruas, pelo menos algumas ruas serem calçadas.
757 Quero saber que prazo? – A pergunta seguinte, acho que tem a ver, devo fazer
758 porque ela é uma continuidade (identifiquei?) que Margareth ela também tinha
759 colocado duas outras questões aqui: Quero saber qual o prazo para ver o Sanvale
760 saneado, drenado e pavimentado. Haverá restrição para transitar ônibus que garant/
761 para garantir o silêncio? Sendo assim, em que ruas e avenidas? – Nós entendemos
762 que essas são questões que a Prefeitura é que teria que responder, e certamente,
763 não seria somente os representantes da Prefeitura que estão aqui presentes, talvez
764 até, outros representantes de outras Secretarias. Porque o que diz respeito a... a...
765 equipe que elaborou o Plano de Manejo, acho que não há uma resposta que possa
766 dar garantia a essas questões aqui. Alguém do grupo quer falar mais alguma coisa a
767 respeito do assunto? (pausa) Professora Iracema. – É só uma questão de
768 encaminhamento, uma pergunta dessa natureza a gente encaminha, enquanto
769 equipe técnica e uma Audiência Pública, nós vamos encaminhar os
770 questionamentos à Prefeitura, no caso específico, à SEMURB, e com certeza, esse
771 questionamento vai formar o documento Plano de Manejo e em outro momento
772 essas questões será discutida. Eu acho que é situação de encaminhamento. Todas
773 essas questionamentos que vocês tão fazendo, nós vamos encaminhar à SEMURB,
774 e, com certeza, a SEMURB vai encaminhar para os órgãos competente e discutir
775 disso dentro da proposta do Plano de Manejo que, como vocês sabem, é uma
776 proposta. Então essas; esses anseios, de todo mundo, vai ser encaminhado para a
777 SEMURB e a SEMURB vai colocar isso como uma reivindicação dos moradores
778 tanto da ZPA e conseqüentemente isso vai tá dentro do Plano de Manejo da ZPA. –
779 Temos uma outra pergunta, agora de Douglas Santana, estudante da UFRN.
780 Pergunta se existe Plano de Manejo Ambiental contendo todas as ZPAs. Nós
781 sabemos que esse é o segundo Plano de Manejo, o primeiro é o do Parque das

782 Dunas, esse é o segundo e temos mais oito (8) ZPAs e certamente a Prefeitura, não
783 sei se ainda nessa administração, mas nas próximas, deverá fazer esse plano, até
784 porque, como já foi colocado aqui, nós estamos bem atrasados em relação a isso.
785 Então, certamente a Prefeitura vai providenciar isso. (pausa) Outra questão aqui,
786 não sei se a pergunta Meire Soraia. Ela diz/ Parabênizo a equipe da UFRN pela
787 realização do trabalho e gostaria que fosse esclarecido sobre a área do parque
788 municipal em relação à ZPA1. Seria o tamanho? Acho que é isso. – É na fala,
789 (ininteligível) parece assim que o parque ou a ZPA1 é o parque todo e na realidade
790 não é. Então, a título de esclarecimento, considerando que o percentual do parque é
791 muito pequeno em relação à ZPA1, acho que era interessante esclarecer. – Bom, a
792 área do/ da ZPA como um todo é em torno de seiscentos e noventa e cinco (695)
793 quase setecentos (700) hectares e desse/ da ZPA, desse total, o que nós temos de
794 vegetação nativa, principalmente, do lado da... do prolongamento da Prudentes de
795 Moraes em direção à Cidade Nova, dá em torno de trezentos e oitenta (380)
796 hectares, é nessa área que tá o parque municipal com cerca de sessenta e dois
797 (62), sessenta e cinco (65) hectares, que pega toda a área de vegetação nativa.
798 Então, ele em relação ao/ à ZPA como um todo, é em torno de dez por cento (10%).
799 Se nós vamos falar em termos da vegetação nativa é em torno vinte por cento (20%)
800 uma coisa assim. Então é essa a proporção. – É só prá complementar, a proposta...
801 apresentada no mapa, pelo menos foi o qu'eu entendi, não sei se eu tô correta, é
802 que o estudo propõe que toda a área fora (ininteligível) parque, tenha o mesmo uso
803 do parque. Ou seja, restrições de uso. É isso mesmo? – Exatamente. O que se
804 propõe é que toda área onde a gente tenha vege/ duna, o campo dunar coberto com
805 vegetação nativa ele seja/ tenha restrições bastante severas quanto a sua utilização,
806 num quer dizer que ele tenha que ser no parque. O fato é que as restrições impostas
807 pela Lei, e também as necessidades dos serviços ambientais que essa área
808 proporciona prá sociedade natalense são bastante relevantes, então não há
809 necessidade de se/ de que o município desaproprie ou transforme essa área em
810 agregada ao parque. Isso pode ser uma estratégia do... dos gestores públicos no
811 sentido de... então vamos ampliar a área do parque. Aí, como essas áreas têm
812 proprietários, elas então têm que ser... (ininteligível) discutido como isso vai ser
813 encaminhado. Mas que a proposta do Zoneamento é que é uma área primitiva, onde
814 a gente tenha campo dunar com vegetação nativa em cima em estágio (clímax?) ou
815 estágio sucecional avançado, ou mesmo a área destruída/ Uma coisa importante a
816 gente colocar, onde você tem vegetação nativa e essa vegetação nativa é destruída,
817 o Código Florestal prevê punição prá quem destruir essa vegetação. Então... e é
818 desconsiderado o caso de: Ah, ela tá destruída, então vamos... trans/ mudar o uso
819 da área. Então, a idéia é que/ que se sugere é que essa área seja de uso primitivo
820 (falha no som- mudo) const/ de construções ou de... enfim. – Informamos que está
821 encerrada a coleta de perguntas. (pausa) – Também a própria Meire (Zorage?) ela
822 pergunta aqui, a resposta vai tá muito próxima dela aí. Gostaria de saber mais
823 detalhes sobre a proposta dos corredores ecológicos. A Rosa Pinheiro encabeçou
824 bem essa idéia, então eu gostaria que ela desse esclarecimento prá ela é prá o
825 público sobre esses corredores ecológicos. – Bom, era/ era interessante que
826 pudesse botar a imagem, pras pessoas verem. Mas, a idéia dos corredores
827 ecológicos é que o Diagnóstico ele deixa bem claro que a zona, a ZPA, ela se
828 encontra numa posição estratégica em relação às outras ZPAs do município. Então,
829 é se identificou que dentre/ que poderia-se se trabalhar algumas áreas, e é claro que
830 no momento, não se teria, digamos, a solução, qual seria a forma de

831 regulamentação dessas áreas que foram indicadas como corredores ecológicos,
832 mas se identifica que ela tem vazios urbanos e tem manchas de vegetação. Mesmo
833 que essa vegetação, ela seja, digamos, ela seja a vegetação de áreas públicas, de
834 ajardinamento, arborização pública e uma parte é. Elas pod/ essas áreas elas
835 poderiam ser tratadas, foi feito uma mancha, elas seriam tratadas com/ de uma
836 forma prá que/ se ter uma regulamentação específica prá que ela possa ter essa
837 função. O Diagnóstico aponta também essa/ essa/ digamos, a questão da... dessa
838 biodiversidade, que ela quando se encontra isolada, (o som abriu, ouve-se
839 conversas paralelas) quer dizer, em longo prazo ela teria uma tendência de perda
840 genérica. Então os corredores ecológicos eles poderiam estar fazendo com que,
841 digamos essa biodiversidade pudesse ter uma conservação em cur/ em longo prazo.
842 Quer dizer, pudesse haver a comunicação de gens, tanto animais quanto vegetais,
843 man/ com as demais zonas de/ as ZPAs prá poder se ter, digamos, uma garantia de
844 que a diversidade, a biodiversidade ela alcançaria anos mais distantes. Ficariam
845 como herança, realmente, prá... as gerações futuras. Então, acho que/ Num tá
846 aparecendo. (conversas paralelas) Pronto. É essa/ Não é essa não. Tinha... na
847 apresentação tinha uma. – É esse mesmo, mas acho que tenha um problema talvez
848 aqui no vídeo. - Pronto! Essa aí. (Alívio geral) A zona/ essa zona, tem as
849 numerações das ZPAs. A ZPA1, a quatro (4), a oito (8), a nove (9), a ZPA 2 que é o
850 Parque das Dunas, a cinco (5) que é a de Lagoinhas e a seis (6) que é o Morro do
851 Careca. Então essas faixinhas verdes que tem aí, que pegam uma parte ali onde
852 tem o Centro Administrativo do Estado, o Campus Universitário e o Exército, seriam
853 uma área de corredor, que tem condições de formar o corredor que faz a interligação
854 da ZPA com o Parque das Dunas. Quer dizer uma ligação extremamente importante
855 pela extensão e pela comuni/ pela comunicação de dois ambientes. Ela já teria a
856 ZPA 4 como corredor, e tem mais alguns pontos ali acima, que são dunas que já tão
857 um pouco degradadas, mas que podem ser manti/ trabalhadas com/ no sentido de
858 ter algum tipo de recuperação prá formar o corredor também, ligando a ZPA 8. O
859 espaço que existe entre a ZPA 1 e a três (3), também são espaços que tem/ áreas
860 que tem condições de ser feito trabalho de recuperação e de com alguns ajustes de
861 parâmetro urbanísticos prá poder funcionar e também da política de ajardinamento,
862 prá funcionar como corredor, e a conexão mais tênue, mas que é também possível,
863 entre a ZPA 1 e a ZPA 5, e a ZPA 5 e a ZPA 6, que já é um pouco mais forte, mas
864 que poderia também ser trabalhado, especialmente utilizando a política de
865 arborização pública e privada. Também vendo a questão da arborização feita dentro
866 dos lotes prá favorecer, fortalecer essa conexão, porque essas áreas elas já
867 estariam isoladas completamente. E a ZPA ela tem essa função de conexão, pela
868 própria posição que ela tá. Os/ essas áreas elas foram manchadas, o/ a proposta ela
869 tá/ ela está estabelecendo a necessidade de se fazer o estudo de delimi/ e a
870 delimitação, mas ela também estaria... a proposta tá levando também a indicação de
871 que essas áreas, quando elas se sobrepõem sobre as zonas adensáveis haja algum
872 tipo de... seja adotado na proposta normativa algum tipo de cautela, prá que não
873 possa ter o adensamento, prá justamente, preservar essa condição, enquanto esses
874 estudos não forem feitos. Prá se dar uma certa cautela enquanto os estudos não
875 forem feitos, porque geralmente é muito difícil dizer/ se façam estudos com cento e
876 oitenta (180) dias, dois anos, então é muito melhor segurar uma restrição, uma zona
877 que teria uma/ um regime urbanístico diferenciado porque foi identificada a
878 importância de se estabelecer esses corredores. Então isso aí é um trabalho prá a
879 questão jurídica, (riso) de quem vai discutir a viabilidade jurídica de trabalhar com

880 essa indicação que foi dada pelo estudo. – Nós vamos tentar agilizar um pouco
881 mais, porque pelo qu'eu to vendo é um volume muito grande de perguntas aqui, e
882 vamos tentar agora controlar bem o tempo. Uma pergunta diz/ de Lorena. Diz:
883 Gostaria de saber dentro/ Lorene/ gostaria de saber dentro do que foi apresentado
884 como Parque da Cidade, pode estar quase todo construído. E no que diz respeito à
885 parte edificada se um dos pré-requisitos para a construção é o Plano de Manejo e só
886 agora o mesmo ficou pronto. Tendo m vista que o plano deveria ter sido feito desde
887 o ano de hum mil novecentos e noventa e cinco (1995) quando observou os
888 problemas de ocupação da área. O plano não deveria ter ficado pronto antes da
889 edificação do parque? (pausa) Certamente. (risos) Acho que é uma pergunta bem/
890 uma resposta bem simples. Eu não sei se alguém gostaria de se manifestar com
891 relação a isso, mas o qu'eu acredito que/ - A gente (ininteligível) - Ah! Sim, pois não
892 A Prefeitura, através da Secretaria, o Sr. José Petronilo – Boa tarde, sou José
893 Petronilo, Chefe do Setor de Unidades de Conservação e trabalho na SEMURB.
894 Bem, desde o início dos trabalhos, da criação do Parque da Cidade, nós tínhamos
895 umas discussões prá viabilizar essa proposta dessa Unidade de Conservação, então
896 à princípio como está previsto no Sistema Nacional de Unidades de Conservação, a
897 única edifica/ a única possibilidade de haver construção/ construções dentro de
898 Unidade de Conservação, seriam aquelas em que fosse necessário para
899 implantação/ a devida implantação para o funcionamento da Unidade de
900 Conservação. Então, com base nessa justificativa foi encaminhado todo esse
901 processo. Inclusive, houveram inclusive Audiências Públi/ uma Audiência Pública em
902 que isso foi colocado, foi posto essa justificativa, tivemos o aval do IBAMA, do
903 IDEMA, demais organizações ambientais, enfim, houve esse processo e com base
904 nessa justificativa já prevista no SNUC foi encaminhado, aquela proposta. E, foi
905 pensado um Zoneamento, foi feito uma instru/ estudos ambientais prá diagnosticar
906 aquela área, inclusive, onde tá previsto a construção ela tá ocupando uma área que
907 se você perceber, se a gente for se ater a fotografias aéreas antigas, é uma área
908 me/ mais descaracterizada dentro dessa área que já é do parque, onde tem uma
909 área mais próxima à Avenida Omar O'Grady hoje, que se conhece como
910 Presidente/ prolongamento da Prudente de Moraes. Enfim, com a justificativa do
911 próprio Sistema Nacional de Conservação, foi possível encaminhar essas/ aqueles
912 equipamentos que darão suporte ao funcionamento da Unidade de Conservação e o
913 Plano de Manejo ele vem no sentido de orientar a utilização da Unidade de
914 Conservação e a área do entorno. Num é isso? (pausa) – Pergunta de José Ivan
915 Pinheiro: No que se refere à área de dunas que vai desde o SEST/SENAT até o
916 Condomínio Vitória, na Rua Xavante, qual a posição da comissão, equipe técnica, e
917 as soluções de gestão e manejo para essa área? Do SEST/SENAT até aquele
918 condomínio lá. – Eu posso esclarecer. Essa... É o seguinte, essa área, é uma área
919 que vai desde... o SEST/SENAT até o a a frente da Rua Figueira, essa rua/ Rua
920 Xavante com Rua Figueira. A Rua Figueira fica ali por trás do... daquele
921 empreendimento que tem lá de Natal, que teve (obra?)/ que tem até uma figura lá,
922 uma santa lá na frente. E e tem um morro, tem inclusive uma duna bastante alta que
923 tem uma vista belíssima dali. Além do mais, ela tem várias lagoas, que inclusive de...
924 de... em noventa e... no período do governo de Garibaldi o aquífero aflorou ali. E eu
925 acho ali uma área de importância bastante singular. E eu/ eu não vi aí, pelo menos
926 eu não visualizei essa área contemplada nesse estudo. E... se eu num me engano
927 ela faz parte, fazia parte do... do... da... ZPA. Faz parte ainda? (ininteligível) Aí, eu
928 queria saber exatamente, até porque é... eu num sei porque cargas d'água, foi

929 inclusive/ não é/ é liberado empreendimento em cima da duna? Esse Condomínio
930 Vitória é em cima da duna! Aí quando nós fomos reclamar, inclusive, eu fui
931 reclamar, disseram o seguinte: *Não, o condomínio é... tá aqui, ao lado/ ao lado do*
932 *condomínio passa uma rua, prá depois começar o o a área que é de preservação.*
933 Então, me preocupa muito essa área, aliás, não só a mim, mas eu acho que a toda
934 população de Cidade Satélite e do Bairro Pitimbu, é... pela importância que tem,
935 inclusive da questão também de de da da, inclusive nessa questão das águas. De/
936 da drenagem urbana naquela área, na questão da recarga do aquífero. É só.
937 (pausa) – Todas as/ o que aconteceu, o que acontece, pela... pela Zoneamento
938 preliminar da lei de criação da ZPA, toda a parte entre o prolongamento da Avenida,
939 da da Prudente de Moraes até a BR-10, deve/ esse cestão prá o extremo sul ali, toda
940 aquela parte era de Uso Restrito, de Ocupação com Uso Restrito, ou seja, pode-se
941 construir dentro de determinadas condições. O que a proposta do estudo contempla
942 é que as áreas rebaixadas de terreno que ainda tenham cobertura vegetal, nativa
943 ou... alterada, que seja, e as áreas de relevo mais proeminente que são as dunas e
944 que também estejam vegetadas, todas essas áreas que estariam/ que estão dentro
945 do que é Zona de Uso Restrito, sejam transforma/ sejam transformadas em Áreas de
946 Preservação – APPs. Porque a legislação assim o contempla. As dunas
947 revegetadas, independentes se ela esteja dentro da Zona de Uso Restrito, o que
948 seja, ela é contemplada pela lei maior, do Código Florestal. Além disso, as áreas
949 rebaixadas têm uma função bastante importante, que é o que a gente tava vendo
950 hoje. Áreas/ a gente secou as lagoas de Natal, ocupou essas áreas, aterrou, e agora
951 tamo fazendo novas lagoas artificiais. Então, manter essas áreas até como
952 estratégia prá escoamento superficial das águas das ruas e/ dessa área. Então, se
953 ela é área de duna, está vegetada, é ar/ ou rebaixada, é área incluída como APP,
954 ou seja, Área de Proteção Permanente e fica como área de preservação mesmo
955 dentro da outra área. – Fiquei mais tranqüilo agora porque Petronilo disse que faz
956 parte, não é? – É. - (pausa) – Bom, continuando aqui, é ainda pergunta da dona
957 Margareth Costa: Haverá fiscalização nas casas que se instalaram no passado e
958 não tiveram o cuidado ambiental necessário para a área? Tem uma segunda
959 pergunta: Como fica o controle dos poços d'água que foram clandestinamente
960 perfurados e que vulnerabilizam o aquífero? (pausa) Alguém da equipe gostaria de
961 falar sobre esse assunto? (pausa) Principalmente essa questão da água. Que na
962 verdade essa questão de fiscalização... – Olhe, dá licença. Eu sou Margareth, eu
963 sou moradora e quero esclarecer. Quando foi pr'eu me instalar lá, eu tive uma série
964 de condicionantes, não queixei de nenhuma delas, fiz o meu controle rigoroso, e
965 pensei: Que maravilha, eu vou morar num lugar bastante rigoroso, todo mundo
966 cuidando do meio ambiente. Mas, o fato não é esse. Tem um monte de gente
967 fazendo um monte de coisas erradas e, a gente tinha outro grau de consciência e o
968 órgão regulamentador não tinha esse grau de exigência. E como é que fica? Nós
969 vamos continuar assim, uns com rigor total porque se instalaram depois e os outros
970 lá com seus pocinhos perfurados, sei lá se tem outorga, se num tem, se tá
971 contaminando, se num tá. Quem num tirou licença num vai ter que se ajustar? Eu/
972 eu imagino que sim, agora, não gostaria que essa pergunta minha ficasse sem
973 resposta, porque eu entendo ela perfeitamente num Plano de Manejo! (pausa) –
974 Bom, o o Plano de Manejo ele prevê os programas, naquele Programa de
975 Conhecimento, dois subprogramas, um de pesquisa e outro de monitoramento. O
976 monitoramento da água tá previsto nesse/ como um programa específico, inclusive,
977 muito bem detalhado, com/ com várias ações que precisam ser feitas, com

978 indicadores que precisam ser analisados. Incluindo também a idéia de periodicidade,
979 o que seria feito, digamos, em curto prazo, três (3) meses, seis (6) meses, um (1)
980 ano, em termos de periodicidade. Então tá/ essas questões tão indicadas. Então, o
981 monitoramento ele vai estar avaliando esses indicadores e, eventualmente, digamos,
982 se tem um estudo sistemático e identifica a água/ como é que tá a qualidade da água,
983 no caso, se verificar que tem alguma coisa que tá agravando, tá trazendo prejuízo a
984 essa qualidade, tem/ isso vai ser uma indicação prá se fazer um estudo de onde/
985 qual é a fonte contaminante. Quer dizer, de cara não se vê que tenha que fazer logo
986 uma fiscalização, prá saber quem tá contaminando e quem num tá. Porque na
987 verdade todo mundo que tem uma fossa lá, a princípio tá contaminado. Então, o
988 monitoramento sistemático ele vai avaliando a condição, a qualidade da água e vai
989 tá indicando locais de acordo com os poços, com os pontos onde vão ser
990 monitorados que podem tá mais críticos e que vão exigir análises mais profundas.
991 Ele vai tá indicando isso e o Plano de Manejo, ele prevê uma/ uma avaliação bial.
992 Quer dizer, tá sen/ a proposta tá indicando que a cada dois anos deve ser feito
993 simpósio, algum evento de/ prá se avaliar e dá publicidade e ter condições de ser
994 discutido, apresentadas pesquisas e resultados de monitoramento e tudo que tenha
995 a ver com o plano. E a própria agenda, se constituir a própria agenda dos dois anos
996 seguintes. Esses/ esses/ as propostas que tão indicadas elas tariam sendo
997 indicadas prá serem executadas em dois anos. Prevendo-se que a cada dois anos
998 teria uma nova agenda prá isso. Então, fora isso, quer dizer, tem também no
999 Programa de Gestão Ambiental a previsão de fiscalização, mas muito mais no
1000 sentido de fiscalização de início. Fiscalização de... do lixo/ colocação de lixo, de
1001 aterro, local de de queimar vegetação. Tirar/ tirar vegetação ou colher alguma coisa
1002 lá que não seja/ correto fazer. Então, tem o programa de fiscalização – Se me
1003 permite, objetivamente. Quem não tem outorga prá captação vai continuar sem
1004 outorga? – É... vê/ sobre isso a gente/ quer dizer... fica difícil prá gente responder,
1005 porque aí teria que ver qual é a política, o órgão que trabalha com a política de
1006 outorga prá saber se ele está encaminhando algum/ alguma ação nesse sentido. O
1007 que o estudo identifica é como é uma questão muito mais macro e de gestão. Então
1008 o certo seria fazer monitoramento. Porque se tem monitoramento, tem condições de
1009 saber qual/ alguma questão crítica e se tem condições de se atacar essa questão
1010 crítica. (pausa) – Eu gostaria de falar aqui pela ARSBAN. ARSBAN como órgão
1011 regulador... é, nós defendemos é, que a outorga ela seja feita tanto prá Companhia de
1012 Água e Esgoto, como prá particulares, afinal prá que todos aqueles que/ que usufrui
1013 do, exatamente da água subterrânea. Issaí, inclusive já foi assunto de discussão no
1014 CONSAB, Conselho Nacional de Saneamento Básico, inclusive o Professor Cícero
1015 Onofre tá aqui, é um dos integrantes do/ do Conselho, e isso foi motivo de
1016 discussão. Nós estamos revendo contrato de concessão com a CAERN e, dentro
1017 desse contrato de concessão tá exatamente esses estudos contendo essa questão
1018 da outorga não só do serviço, a outorga do serviço ele está contido no contrato de
1019 concessão, mas a questão da outorga da/ do uso através dos poços. E, quem faz
1020 essa outorga é de competência, se eu num/ da da SERHID, SEMA agora, Secretaria
1021 de Meio-Ambiente. É o órgão que exatamente analisa essa questão da outorga, que
1022 faz a outorga. Mas nós defendemos e achamos que e/ é tem que acabar essa história
1023 de chegar, aí vai todo mundo chegar e vai perfura o poço e... pronto, e não tem
1024 nenhuma responsabilidade, abre aquela porta ali, abre um poço, muitas vezes ele
1025 não tem/ ele não tem nenhuma proteção. E, é uma porta que vai exatamente
1026 contaminar o aquífero. O que nós defendemos é isso aí. Certo, achamos que é de

1027 fundamental importância, a gente vem com esse processo de discussão sobre a
1028 qualidade da água, inclusive junto com o Ministério Público. Certo, aqui a doutora, a
1029 doutora Gilka tá aqui, ela pode até falar sobre essa questão também e essa
1030 discussão que a gente vem travando. E, então revendo o contrato de concessão prá
1031 exatamente adequar os padrões que possam exatamente garantir a qualidade da
1032 água. – Só é preciso ficar claro uma coisa, se hoje temos fossa no Sanvale, é
1033 porque não temos saneamento, mas não cabe nós termos a captação quando tem
1034 entrega de água. – Isso, prá piscinas. – (pausa) Nós temos aqui um conjunto de
1035 perguntas que foram formuladas pela Meire Soraia, nós vamos fazer essa leitura
1036 talvez aqui em bloco, é claro que não são todas iguais, mas são bem semelhantes.
1037 Como serão/ Uma delas é: Como serão delimitadas ou controladas as subzonas de
1038 uso conflitante, na proposta/ proposta no Plano de Manejo? A outra é: Como fica a
1039 situação das dunas localizadas no Conjunto Cidade Satélite, considerando a visão
1040 holística da contaminação da água de Natal? Na outra aqui também específica: A
1041 proposta de um mirante natural na duna não é conflitante com a legislação ambiental
1042 vigente e a preservação da área? Outra com relação à proposta/ a área proposta
1043 para o viveiro, área de empréstimo, é viável para administração considerando a sua
1044 localização em relação à sede do parque? São essas quatro (4) que estão
1045 colocadas aqui. (pausa) Quem vai dar a resposta prá esse/ (pausa) – Meire, com
1046 relação a questão da implantação dessas APPs quem que/ a proposta do Plano é
1047 que ela seja gerida pela mesmo/ pelo mesmo/ da mesma forma como vai ser tratada
1048 a parte de Uso Primitivo. Ou seja, se vai haver fiscalização envolvendo essa área de
1049 Uso Primitivo, essas áreas de APP elas também terão que ter um tratamento
1050 semelhante. E a/ com uma tendência que a gente vislumbra a algum tempo/ daqui a
1051 algum tempo de que isso efetivamente se torne áreas mais públicas do que
1052 privadas, tendo em vista a restrição em termos de tamanho que elas têm. E,
1053 evidentemente que isso vai precisar talvez de, de algumas medidas mais drásticas,
1054 talvez cercamento, essas coisas a gente tá prevendo um estudo mais/ que seja feito
1055 um estudo mais efetivo, caso a caso, prá cada área dessa. A localização da, do par/
1056 da do viveiro de mudas, com possibilidade de ações ligadas à educação ambiental.
1057 Inclusive talvez até com curso ligados à ecoturismo, já que a gente tem umas áreas
1058 ali bastante... um relevo bastante diferente. Realmente, causa algum problema prá
1059 gente, com relação como isso vai ser administrado. Por outro lado, a gente também
1060 não via como deixar/ ignorar essa ocupação dessa área de alguma forma, tendo em
1061 vista que por ser uma área bastante, já foi área muito preocupante até, do ponto de
1062 vista de segurança, área de acúmulo de lixo, de pessoas usarem aquelas áreas prá
1063 atividades um tanto quanto ilícitas aí. A gente/ eu simplesmente só quis chamar a
1064 atenção prá essa área, e o fato que foi removido uma quantidade muito grande de
1065 material de empréstimo ali, o aterramento, a recuperação paisagística, (ininteligível)
1066 prá reintegração dessa área como paisagem natural, realmente vai ser/ seria um/
1067 uma/ um esforço muito grande. Isso foi pensado dessa forma. Então, como algumas
1068 outras áreas conflitantes, tipo o mirante, tipo o o campo de futebol, são áreas bem
1069 internas do parque, a idéia é de que realmente fosse criada alguma forma de poder
1070 permitir a população a utilização dessas áreas com uma forma de atividade, de lazer
1071 e integração com a área. Porque se a gente cria mecanismos de conflito muito
1072 grandes isso aí pode conduzir a fragilizar a/ o sistema de gestão. Então, é essa a
1073 idéia. – Com relação a essa questão das áreas, por exemplo, que tão com alguma
1074 destinação que não são públicas, o que ocorre é que a destinação foi colocado, quer
1075 dizer, o uso possível dessa área, ele teria que tá, digamos, a princípio, quer dizer a

1076 área em si ela sendo de preservação permanente encontra já respaldo na
1077 Legislação Municipal, Legislação Urbanística Municipal, de outros instrumentos que
1078 podem ser feitos, como a transferência de potencial construtivo e que pode ser feito,
1079 inclusive tá apontado no Plano, acordos de cooperação prá gestão, prá
1080 administração conjunta. Quer dizer, o proprietário, ele é proprietário, ele pode
1081 transferir o potencial, pode continuar com a titularidade que ele tem, ou passar
1082 também a titularidade prá o município, como prevê a legislação. Tá colocado que
1083 deve ser incentivado a transferência com repasse da titularidade pro município, e em
1084 caso, não havendo, digamos, esse interesse por parte do proprietário, se formar um
1085 consórcio. Tá aí se indicando que se forme alguma forma de cooperação prá
1086 administração. Porque também tem os ônus da própria recuperação que vão, no
1087 caso, quer dizer, teriam que recair diretamente sobre o proprietário e que podem ser
1088 assimilados pelo município, uma vez que ele taria trabalhando digamos dentro de
1089 um interesse de recup/ de fazer recuperação e até mesmo prá questão da gestão do
1090 próprio parque. Uma vez que essa área ela fica funcionando com uma zona no
1091 entorno do parque, e não poderia ter, no caso, do parque urbano uma Zona de
1092 Amortecimento, conforme o SNUC, porque essa Zona de Amortecimento implicaria
1093 na impossibilidade de ser Zona Urbana. Então, quer dizer, tem essas questões que
1094 foram trabalhadas. Por outro lado, a questão, por exemplo, dessas áreas como o
1095 Mirante da Duna, ou como/ mesmo essas áreas de campo de futebol, elas estão
1096 trabalhadas prá ser, prá funcionamento como modelo de trilha. Então é, uso
1097 controlado de número de pessoas, horário controlado, tempo controlado. Por
1098 exemplo, as dunas/ a duna/ esse Mirante de Duna ele tá previsto que durante os
1099 meses de inverno não funciona que é prá poder ter um espaço de regeneração. Só
1100 pode, no máximo, acho que vinte (20) pessoas por/ ao mesmo tempo, em horário/
1101 então funciona como qualquer trilha de qualquer área de proteção ambiental. Com
1102 controle de/ e sempre monitorado. Então tá todo previsto dentro dessas regras que
1103 são/ (concordam?) como as Zonas de/ quase como uma Zona de/ como se fosse
1104 uma Unidade de Conservação. Tá sendo dado o mesmo tratamento, o que se
1105 compreende que não traria conflito uma vez que tem respaldo na própria legislação
1106 do Sistema Nacional de Unidades de Conservação. (pausa) – Todas as indagações
1107 foram atendidas? Acho que sim. (pequena pausa) A outra aqui: Gostaria de uma
1108 informação sobre a ocupação que existe hoje na duna, pois hoje mesmo estão
1109 colocando material de construção. Como fica áreas que estão loteando, como é o
1110 caso do campo de futebol da Rua Mário Santana, e a lagoa que fica na Rua Eng^o.
1111 Carlos (Liberato?) porque além do lixo há ligações clandestinas. Essa pergunta é de
1112 Jane Gurgel de Freitas (ininteligível) da Cidade – Nova Cidade.- Nova Cidade. – Ah!
1113 Nova Cidade. (pausa) Ah, Sim! Essas questões deverão ser encaminhadas à
1114 Prefeitura para que ela possa dar uma resposta. (pausa) – É bom salientar que é
1115 porque tá fora da... - Inclusive é porque tá fora da área da ZPA. (pausa) Tem uma
1116 outra aqui, na verdade elas são/ é uma pergunta só ela foi reformulada, a pessoa
1117 tinha feito e depois reformulou. É um pouco extensa que talvez eu não consiga
1118 exprimir o que ele tá colocando aqui. A área que fica no entorno onde Nova Cidade
1119 se localiza, está como Área de Conflito e Área de Interesse Social, construção.
1120 Bairro Nova Cidade com área entre Candelária e Cidade Nova, como fica o esgoto
1121 que existe, uma lagoa a céu aberto durante todo tempo... acho que a pessoa quis
1122 dizer acessibilidade dos carroceiros que existem (ininteligível) lixo em toneladas nas
1123 encostas das dunas causando proliferação de roedores, de baratas e uma
1124 diversidade de insetos. Acho que a pessoa tá reclamando aqui a falta de

1125 saneamento básico, que existem fossas, esgotos, tem deixado a área de proteção
1126 totalmente a desejar dentro da ZPA1 e não (pausa) não existente na ZPA 1 Tá
1127 difícil aqui de... – O nome da pessoa. – A pessoa do Conselho Comunitário de Nova
1128 Cidade. É Ronaldo. A pessoa gostaria de formular essa pergunta oralmente?
1129 (pausa) – É o remanejamento no Bairro de Nova Cidade é uma área que fica entre
1130 Candelária e Cidade Nova, ela faz parte, está inserida na Z/ ZPA 1, só que ela é
1131 esquecida. Acúmulo de lixo, lagoa a céu aberto que é só pra água de chuva, recebe
1132 esgotamento de fossa, esgotamento de lixos, é proliferação de insetos, quer dizer,
1133 nós temos uma área do morro e é habitada, nós temos construções invadindo
1134 dunas, nós temos pessoas que já tão cinco (5) metro derrubando uma duna e está
1135 dentro da ZPA e ela não existe/ não tem proteção nenhuma. É desconhecida ao
1136 município de Natal. Nós estivemos na SEMURB, fui agora essa semana e existe
1137 processo, mas que não existe fiscalização. Continua... é hoje mesmo já chegou
1138 material para novas construções lá de cima do morro e não é omissa ao Poder
1139 Público, a Telern, a Cosern, a Caern, tudo/ facilita para que as construção tenha/
1140 existe em cima das dunas e ao redor das dunas onde é área de preservação
1141 ambiental. (pausa) – Bom, pelo que nos entendemos, pelos estudos que foram
1142 feitos, existe indicação, dentro dos Programas de/ a serem implantados na área prá
1143 que haja, é... fiscalização, inclusive agora com o Zoneamento que foi feito, os mapas
1144 que resultaram desse Zoneamento, há a possibilidade, sim, agora da Prefeitura
1145 fazer uma fiscalização mais efetiva. Não será por falta de instrumento que a
1146 Prefeitura venha a deixar de fazer. Na realidade essa situação não existe apenas
1147 nessa área, existem algumas outras áreas que a população por desconhecimento,
1148 por falta de educação ambiental, ainda age dessa forma. E sabe que a população
1149 é um termo generalizante, mas isso aqui são algumas pessoas da comunidade que
1150 age dessa forma, até porque atendendo a seus próprios interesses, mas a verdade é
1151 que a/ o Plano de Manejo ele prevê uma/ uma ação da Prefeitura no sentido de
1152 coibir esse tipo de, de ação feita por pessoas da comunidade que prejudicam a/
1153 ambiente naquela área. (pausa) Pois não. (pausa) – Edilson, ele estava se referindo
1154 é justamente aquela área de conflito que existe ali em Nova Cidade. Que é Cidade
1155 Nova que (vocês tão?) considerando, mas é justamente aquela parte do morro (que
1156 Cestaro ?) que tem um apontamento na, na, na Ata da Apresentação. O que
1157 acontece é o seguinte... é tem estudos quanto aquela localidade que ela tá dentro da
1158 ZPA essa parte do morro, porém, como eles tão falando aí, existe uma dinâmica de
1159 construção naquela área e tal. Quanto eles deram/ a preocupação no caso da
1160 comunidade, tem uma preocupação muito grande quanto a biodiversidade, mas o
1161 que se preocupa também é com a sócio-diversidade. O que é interessante se fazer,
1162 no caso do Plano de Manejo, é justamente quanto a esse cercamento ou ou como é
1163 que vai ser esse acesso deles, quanto/ quanto/ é... em cima do morro. Por exemplo,
1164 se vai ter um mirante, eles tem essa vivência quanto a ter uma relação direta cum/
1165 cum/ cum a ZPA. Essa coisa de educação ambiental, essa coisa de: Ah, não! O que
1166 falta é educação. É uma questão que já estava lá e agora nós estamos colocando de
1167 forma técnica, e o pessoal do/ o pessoal da comunidade eles num tem/ é lógico que
1168 eles estão sabendo agora que é uma ZPA, como foi atestado quanto aos
1169 questionários e... esse levantamento é interessante esclarecer prá eles, entendeu. É
1170 uma questão de de esclarecimento, Edilson. (pausa) – Bom, pois é. É, na realidade
1171 os estudos foram feitos essa situação foi verificada. Essa situação foi verificada e
1172 existe... se aponta na, na direção das soluções. A gente sabe que o estudo foi feito,
1173 nós estamos entregando o estudo à Prefeitura e a Prefeitura através da SEMURB e

1174 de outros órgãos que têm competência prá isso, certamente deverão implementar os
1175 programas que levem a solução dessas questões. – Um dos programas seria a área
1176 de interesse, por exemplo? – É a á/ essa região, essa/ esse setor lá, é considerado
1177 como área de interesse social. A Professora Iracema... – Só a título de
1178 esclarecimento, e lembramos que aqui é o PRIMEIRO momento, tá? Aqui num tá
1179 fechando nada, nenhuma proposta fechada, é apenas uma apresentação duma
1180 coisa que vai acontecer, e com certeza, todas as pessoas que moram no entorno,
1181 todas as pessoas interessadas, aliás, não só as pessoas interessadas, toda a
1182 cidade, toda população de Natal, não só de Natal, do Rio Grande do Norte deve
1183 discutir um um programa ou uma proposta como essa que é de extremamente
1184 importante. – (Ininteligível.) – Exatamente! Como a Rosa tá falando, precisa uma
1185 tramitação. Apenas agora, é o primeiro perfume, começou botar um perfumezinho,
1186 num tem nada definido, tudo isso vai ser discutido em, em várias... instâncias,
1187 inclusive com a comunidade. (pausa) – Agora, isso aqui foi um desdobramento das
1188 perguntas escritas e nós vamos começar agora com a parte das perguntas orais, e
1189 elas/ elas requereram no caso, uma inscrição. Então, a primeira inscrita é Dra. Gilka
1190 da Mata. (pausa) – Bom, eu gostaria de, primeiro parabenizar, eu já to levando aqui
1191 que amanhã eu tenho que dar resposta pro Judiciário, prá pedir o prazo prá
1192 implantação do esgotamento, e esse estudo aqui vai servir justamente prá
1193 fundamentar o pedido do Ministério Público na urgência, em razão da eminência da
1194 contaminação. É eu tenho algumas perguntas de conteúdo e outras de forma, de
1195 procedimento. É, o a primeira diz respeito ao regulamento da audiência, o qu'eu
1196 percebi é o seguinte, que a a presidência dos trabalhos vai receber as contribuições
1197 e depois vai ofertar mais ou menos uma minuta. Acho que o Plano de Manejo,
1198 provavelmente seja uma minuta de um Decreto, num é isso? Não sei, vamos ver. É,
1199 mas a minha/ meu pedido, o meu pleito é um pedido formal mesmo, é que a gente
1200 tenha acesso a essa minuta depois... enquanto/ antes de ser publicada, antes de
1201 ser formalizada, porque pelo que a gente lê aqui da regulamentação a gente
1202 participa, aí tem a resposta da presidência dos trabalhos. Aí, daí eu num vejo mais
1203 uma oportunidade de uma participação aqui. Acho que seria interessante que a
1204 gente tivesse acesso a essa minuta, porque eu acho que seria mais eficien/ efetivo.
1205 Porque, às vezes, a contribuição que a gente tem é... é isolada, mas dentro dum
1206 contexto total, a gente vai acaba até aprimorando a sugestão inicial ou então,
1207 mudando até de posição. Então eu gostaria de ficar consignado o pedido do
1208 Ministério Público prá ter acesso público, prá todo mundo poder depois um/ um
1209 segundo momento também. Certo? O segundo/ a segunda manifestação é o
1210 seguinte, é importante essa questão técnica que a gente ouviu agora a questão
1211 técnica ela tem que tá muito assimilada com a questão jurídica. Porque, uma das
1212 coisas que a gente tem mais dificuldade hoje no Judiciário é explicar o que é uma
1213 ZPA. Porque ela num tá prevista com essa/ com o nome ZPA dentro do Sistema
1214 Nacional de Unidades de Conservação, porque lá talvez ela se assemelhe mais
1215 como uma APA, dentro do Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Ma/ eu
1216 acho que é uma oportunidade, a oportunidade do Plano de Manejo é uma
1217 oportunidade até prá explicar mais ou menos essa situação, porque inclusive é o
1218 primeiro Plano de Manejo que a gente vai ter de uma ZPA. Assim, a gente tem do
1219 Parque das Dunas, e a questão é dentro da ZPA1 a gente tem a/ a Unidade de
1220 conserv/ a subzona de conservação, pelo qu'eu entendo, que tá escrito na
1221 Legislação Municipal essa subzona de conservação ela é... precisa ser delimitada,
1222 ela deve ser toda considerada como Unidade de Conservação. Eu entendo que é

1223 preciso deixar muito claro, dentro do Plano de Manejo, que hoje a gente tem uma
 1224 Unidade de Conservação Parque da Cidade, que é Unidade de Conservação do tipo
 1225 Proteção Integral. Mas, entendo que é importante, é necessário, imprescindível
 1226 colocar também que toda a área da subzona 1 de conservação, também deve ser
 1227 Unidade de Conservação de Proteção Integral. Por que... e prá cada Unidade vai
 1228 precisar ter o seu próprio Plano de Manejo, né isso? Sem, é claro, considerando o
 1229 Plano de Manejo da Unidade total. Mas, isso é importante ficar muito claro, prá que
 1230 a gente consiga trazer a proteção jurídica necessária, até nas demandas, até nas
 1231 demandas judiciais que porventura puderem existir. Então, essa é a minha primeira
 1232 colocação, que é uma colocação formal e jurídica, qu'eu acho que a Procuradoria
 1233 Municipal pode dar um reforço aí, e é essencial, é premente, porque senão a gente
 1234 nada, nada, faz dez mil estudos e na hora que é prá defender, num tá claro. E a Lei
 1235 Municipal fala que a Subzona de Conservação tem que ser Unidade de
 1236 Conservação. Então, desde já, como o Professor fez na sua explanação são
 1237 Unidades de Conservação de Proteção Integral, então que seja consignado, que
 1238 seja registrado isso no Plano. Outras dúvidas qu'eu tenho, é muito importante, por
 1239 isso que é importante a gente ter acesso, a questão da delimitação da área, como é
 1240 que vai ser a delimitação da ZPA como um todo, acho que é muito importante ficar
 1241 muito claro. Tenho uma preocupação extrema na questão da transformação da/ do
 1242 entorno da área, daquela comunidade já locada dentro da Zona de Proteção Integra/
 1243 da Subzona de Conservação, como Área de Interesse Social. É um precedente
 1244 muito perigoso, que vai com certeza incentivar a invasão de todas as Zonas de
 1245 Proteção Ambiental de Natal. Se a gente conseguir legalizar aquilo que é
 1246 extremamente ilegal nem, olha eu acho que é muito importante trazer também a
 1247 opinião da Professora Dulce, que estuda essa questão de Área Especial de
 1248 Interesse Social, porque nem hoje, aqueles que defendem a questão do direito à
 1249 moradia, todos os os princípios básicos constitucionais, internacionais daquelas
 1250 convenções, eles ressalvam as Áreas de Proteção Ambiental. Então prá gente, eu
 1251 sou extremamente contrária, eu acho que o município tem uma responsabilidade
 1252 muito grande por ter permitido gente lá dentro, mas essa responsabilidade ela/ ele
 1253 vai ter que assumir prá relocar, mas não prá legalizar, por que nós temos dez (10)
 1254 ZPAs, se a gente legalizar... Inclusive na minha ação judicial peço deslocamento/ a
 1255 relocação dessas pessoas. Então se a gente legalizar a primeira, amanhã todas as
 1256 ZPAs vão tá invadidas. Então iss'áí é uma situação extremamente grave. É bom a
 1257 gente repensar, é uma opinião, é uma discordância em relação à própria sistemática
 1258 jurídica da proteção da residência que justamente excepciona essa questão. Bom,
 1259 em outra/ deixe-me ver, são tantas as observações aqui que eu fiz... ... Sim! Então,
 1260 eu não sei se também tá contemplada a questão das Zonas de Amortecimento, eu
 1261 acho que iss'áí é/ são sugestões qu'eu gostaria... prá aprimorar o texto, mas num sei
 1262 se a Mesa já pode dizer isso, se vai aceitar essa... porque a gente fica muito
 1263 tranquilo se a gente tiver esse retorno da mesa no sentido de que a gente vai ter
 1264 acesso a esse documento prá poder depois colaborar. Então, acho que se a gente
 1265 conseguir trazer o Sistema de Unidade de Conservação, a legislação prá dentro
 1266 desse Plano de Manejo, então a gente vai realmente poder... é inclusive fazer
 1267 interpretação sistemática da municipal/ da Lei... qual o número da Lei? 4.666, não é
 1268 isso? Com a Lei 9.985 e vai conseguir efetivamente garantir. Que a minha
 1269 preocupação hoje é muito grande em relação à área do entorno do Parque da
 1270 Cidade porque é toda loteada. Então a gente tem que consignar o mais rápido
 1271 possível essa questão de que ali é Unidade de Conservação de Preservação de

1272 Proteção Integral. Isso daí, prá mim é assim NÚMERO UM. Fico no aguardo da
1273 posição da Mesa. Muito obrigada. – Tá ok. Nós agradecemos pela contribuição. Na
1274 realidade, o objetivo de uma reunião como essa é receber contribuições mesmo.
1275 Então, eu vou passar prá Rosa Pinheiro, porque tem várias questões, ela fala
1276 primeiro sobre Unidade de Conservação, delimitação... – Olha, tem uma questão de
1277 ordem, só em cima do que Doutora Gilka falou, pode ser? Pode ser? Em cima do
1278 que Doutora Gilka falou, eu acho interessante, como sugestão, que deixasse
1279 disponibilizado na internet prá consulta pública por um tempo razoável, prá que a
1280 gente pudesse – Já estão. Já estão. – Mas tá há uma semana. Uma semana, mas
1281 não prá consulta pública. – Está desde o momento que (ininteligível) – Prá consulta
1282 pública?! – Sim, sim. – É? – (ininteligível – várias vozes) – Mas já a nova - A minuta
1283 do Decreto? Não vi não. Aliás, alguns anexos também nem cheguei a ter acesso.
1284 Mas precisa, viu, viu Ana Míriam. – O decreto ainda não – Não o decreto ainda não.
1285 - É importante deixar isso de acesso público. Acho que essa coisa tem que exaurida.
1286 A gente precisa ter acesso a essas informações, por exemplo, pela colocação eu
1287 fico muito confortável de falar isso, porque Rosa Pinheiro trabalhava com a gente na
1288 (ininteligível) e tivemos oportunidade de fazer essa lei, de 94 e depois 95. Eu queria
1289 também aproveitar em cima dessa/ do que a Doutora Gilka falou e dizer que é
1290 importante a gente usar, Rosa, você falou em transferência de potencial construtivo,
1291 mecanismo que garanta de fato a sua utilização. Que é praticamente hoje, em
1292 Capim Macio uma área de três ponto dois (3.2) hectares, ali atrás do Extra, prá
1293 viabilizar aquele projeto de drenagem a gente, praticamente, num esforço sobre-
1294 humano da SEMURB, parabéns aí à SEMURB, encontrou poucas áreas em Natal
1295 que pode receber potencial. Você imagina o que significa a edificabilidade daquela
1296 área pa transferir? Transferir prá onde? Que áreas pode receber? Só em cima da
1297 sua contribuição. E eu gostaria também, em cima da colocação de recursos hídricos,
1298 não sei se Doutor Cícero tá aqui, meu grande mestre, vê se essa questão do
1299 aquífero, principalmente o Mapa Potenciométrico que é dinâmico, que isso fosse/
1300 pudesse ser, até/ não sei se era possível até envolver o (Lari?) que isso pudesse ser
1301 dissecado para a gente ver qual a área de abrangência que levam os fluxos
1302 subterrâneos, levando risco de contaminação, tá certo? Prá onde vai esse fluxo?
1303 Que perda existe de água? Que recarga nesse aquífero? Quantos/ ou seja, a gente
1304 ter mais acesso a essas informações, porque eu procurei assim também, viu Ana,
1305 rapidamente fala num Anexo 5, no Mapa Potenciométrico, mas não achei o Anexo 5.
1306 Não sei se isso de fato foi uma/ uma falha minha aí, na procura, mas Na/ esse Mapa
1307 prá mim é estático. A gente tem que fazer um estudo disso ao longo de um período
1308 maior, tá certo? Prá ter exatamente essas oscilações do nível d'água. Seria só isso.
1309 – Bom, é... Primeiro é importante que fique esclarecido que essa Audiência Pública
1310 que tá acontecendo hoje, é tanto que ela está sendo presidida, conduzida,
1311 coordenada pela equipe da/ da/ da Consultoria que prestou o serviço, é/ ela tem
1312 muito mais, assim, de dar conhecimento, até porque para que a Consultoria possa
1313 refinar um pouco a proposta, seria importante ampliar o debate e sentir, ter essa/
1314 essa sensibilidade de aperfeiçoar, melhorar algumas/ de receber essa contribuição
1315 e melhorar a proposta a partir dessa contribuição. Quer dizer, se espera que a
1316 proposta ela vá ter que ser discutida no/ nas instâncias que são competentes prá
1317 isso, e hoje teria o Conselho das Cidades que deve tá/ se num tive funcionando
1318 mas já deve tá bem encaminhado, prá começar a funcionar e o próprio CONPLAM.
1319 Então ele vai ter que discutir é/ essa questão, porque o Plano Diretor de Natal
1320 estabelece que esse procedimento é de competência de discussão e deliberação do

1321 CONPLAM. É essa matéria que tá sendo discutida aqui. Então quer dizer, esse
1322 trabalho após essa organização, elabor/ atualmente a equipe tem uma minuta/ pré-
1323 minuta da proposta, dessa proposta normativa, que vai ser aperfeiçoada com essa
1324 contribuição do debate de hoje e depois disponibilizada, quer dizer, entregue à
1325 Prefeitura que então vai disponibilizada. Com relação à questão do parque e da da
1326 já uma prévia definição de que toda aquela Área Primitiva tenha que ser Unidade de
1327 Conservação, quer dizer, eu acho que existe na legislação uma certa abertura, não/
1328 aliás, isso não é uma questão fechada, uma vez que o/ a regulamentação da zona
1329 deve dizer qual é a Unidade de Conservação, mas na hora que diz também isso,
1330 abre a possibilidade de você tá zoeando as áreas que são passíveis de serem/
1331 destinadas como Unidade de Conservação. É claro que exist/ a existência de um
1332 parque por si só, quer dizer, que veio como um pouco diante/ como se fosse a
1333 carroça diante dos bois, o ideal é que se tivesse feito um estudo prá se verificar que
1334 Unidade de Conservação. Na hora que se criou imediatamente um parque, certo,
1335 então você já força que toda propriedade seja pública. Colocar agora, nesse
1336 momento toda a Zona Primitiva como propriedade pública se torna inviável, porque o
1337 município não tem como desapropriar. Certo? Então essa/ esse foi UMA
1338 ESTRATÉGIA que foi utilizada, que tá sendo colocada pelo/ pela Consultoria, certo?
1339 Prá adaptar uma condição da PREFEITURA GERENCIAR o problema até que
1340 possa, digamos, depois absorver tudo com/ como o próprio parque. À medida que a
1341 gestão/ o plano de gestão vá sendo implantado. A gente avalia que se dissesse hoje
1342 como já se estabelecer um parque, então quer dizer, parque presume área pública,
1343 propriedade pública. Então, se tudo tivesse que ser parque, certo? Tivesse que
1344 dizer: Toda Zona Primitiva, teoricamente ela teria que ser parque, se ela é igual a
1345 outra área de parque, ela não podia tá sendo diferente. Então, quer dizer, a gente
1346 teve esse cuidado de não, digamos, já colocar uma/ uma recomendação que a
1347 Prefeitura não tivesse condições de cumprir, porque ela poderia não ter recursos, e
1348 ficaria com/ com/ Os próprios mecanismos do Plano Diretor, digamos que podem
1349 ajudar na/ na gestão a serem/ essa área via a ser inclusive Pública algum dia, mas
1350 que também existe outras possibilidades de gestão em/ quando se vê Estratégia de
1351 Gestão, porque, por exemplo, se o proprietário privado, ele faz a transferência de
1352 potencial, ao mesmo tempo ele faz, dentro de algum acordo, ele transforma em
1353 RPPM, a área dele. É Unidade de Conservação do mesmo jeito. Então, é/ e poderia,
1354 digamos, teria que se aplicar tudo que tá previsto tudo que tá previsto no Plano de
1355 Manejo! Então, são for/ são arranjos que estariam sendo colocados com a
1356 expectativa inclusive que tá dito no Plano de Manejo de que, gradativamente, essa
1357 área seja agregada ao parque. Mas a for/ a forma dentro de um processo paulatino
1358 que seja viável pras condições que a Prefeitura tem! Por outra/ a outra, é assim, com
1359 relação à/ essa questão eu acho que ficou claro e a forma que a Consultoria
1360 conseguiu prá que essa/ a proteção da área ela não ficasse prejudicada em nenhum
1361 momento, foi justamente pela/ é categori/ as categorias de de que foram adotadas.
1362 Então, na hora que diz que é Zona Primitiva e que tá dizendo o que é permitido e o
1363 que não é permitido, funciona tal e qual, certo? A mesma Zona Primitiva que tá no
1364 parque. Então quer dizer, isso já fecha segura a questão da proteção ambiental, do
1365 rigor da proteção ambiental e abre prá que o município possa dispor dos
1366 instrumentos que ele tem na própria legislação, e de arranjos e de acordos, prá
1367 poder viabilizar que essa área seja, digamos depois, gradativamente, sendo
1368 integrada dentro do parque ou mesmo consorciada, sendo gerenciada como Zona
1369 Protegida por arranjos que são passíveis/ – Doutora, eu gostaria só de

1370 complementar, porque foi uma pergunta minha que ensejou essa resposta, é o
1371 seguinte, a equipe técnica entende que a área tem que ser primitiva, certo? – Certo.
1372 – Área Primitiva não existe no Direito, não existe na Lei, não existe em lugar
1373 nenhum. Se eu falar, ali tem que ser Área Primitiva, e se um proprietário vai falar
1374 assim: *Não, eu vou ocupar ali, mas vai ficar primitiva.* Não existe. - É um termo
1375 científico. – Termo científico, isso qu'eu to falando, se a gente ficar só no científico,
1376 sem trazer prá legislação então a gente não vai conseguir NADA. Porque eu to
1377 falando isso porque eu sinto na pele, a gente às vezes se baseia num estudo
1378 excelente, maravilhoso na área técnica, mas chega, é perdido. Doutora Iracema
1379 mesmo viu a ge/ a situação do Jurídico como que ela foi testemunha, a senhora
1380 também foi testemunha num caso de construção em duna e viu que a questão é
1381 formal, é legal. Tá escrito assim? Não. Não, mas não é bem assim, não sei o que. É
1382 Área de Proteção? É isso? Então pronto. A pergunta e a resposta é assim. Então a
1383 minha questão é o seguinte. Se a equipe entende que não pode, que tem que ser
1384 primitiva, eu entendo que não necessariamente seja o parque, mas que tem que tá
1385 dentro do grupo de Unidades de Proteção Integral, num é isso? Que pode ser uma
1386 Estação Ecológica, uma Reserva Biológica, uma Parque Nac/ um Parque no caso
1387 Municipal, como já tem um monumento, um Refúgio de Vida Silvestre, ou seja, uma
1388 das carac/ uma das categorias. O qu'eu tô querendo é que a equipe que/ que a
1389 equipe transforme aquilo que entende, dentro da Lei. Então que seja uma Unidade
1390 de Conservação de Proteção Integral. Porque senão a gente vai nadar, nadar, nadar
1391 e morrer na praia! Porque é Área Primitiva, aí o proprietário que tá dentro: *Não, a*
1392 *área é primitiva, só vou botar ali uma choupana, vou botar em cima ali, vou botar*
1393 *uma rede, vou fazer isso, vou fazer aquilo, vou fazer!*, entendeu? Então a gente tem
1394 que trazer prá nossa/ pro nosso sistema de proteção legal. Não é à toa que existem
1395 leis ambientais prá isso. Então, a minha/ a minha idéia, quando falar a gente tem um
1396 Plano de Manejo, num é, a gente num tem que ver se o município pode ou o
1397 município não pode, se tem que ver o Plano de Manejo, que aqui, no caso, é prá ver/
1398 prá aliar a questão científica, dos estudos ambientais à questão do legal. Então, ali
1399 a área indica que depois/ depois se vê! Juridicamente, como se pode fazer essa
1400 ocupação, mas que ali os estudos ambientais indicam que a área tem que ser de
1401 Proteção Integral o que significa, a área tem que ser Primitiva. A gente tá
1402 transformando, trazendo prá nossa legislação que o grande problema é esse, a
1403 gente já tem uma dificuldade danada com essa questão da Z-P-A. Por quê? ZPA é o
1404 quê? É uma Unidade de Conservação. – Aí é onde tá o problema, ZPA é uma zona
1405 urbanística. O PLANO DIRETOR DE NATAL DIVIDE O MUNICÍPIO E TERRITÓRIO
1406 MUNICIPAL EM TRÊS ZONAS, BÁSICAS, CERTO? É LEGISLAÇÃO MUNICIPAL.-
1407 Então, então a gente tá assim – SE DIVIDE EM TRÊS PARTES, ZONA
1408 ADENSÁVEL, ZONA NÃO ADENSÁVEL E ZPA! – Pronto, então a gente tem que
1409 entender, trazer prá nossa legislação, que isso é muito importante, porque se ali não
1410 é uma Zona de Proteção, não é uma Unidade de Conservação, não Tipo Proteção
1411 Integral, se não se encaixa, por exemplo, uma de Uso Sustentável, como uma APA,
1412 na APA por exemplo, aí, como é qu'eu vou trazer uma Plano de Manejo? Porque o
1413 Plano de Manejo tecnicamente, é prá Unidade de Conservação! – Então, veja bem,
1414 é uma Zona Urbanística, o que a gente tá trabalhando aqui é aperfeiçoamento de
1415 um Zoneamento que é, faz parte, digamos de uma complementação da Legislação
1416 URBANÍSTICA do Município. ENTÃO, É ISSO QUE TÁ ACONTECENDO. – Mas, e
1417 tão evidente assim também que não é, que não se caracteriza como uma, Doutora
1418 Ana Míriam, o município também/ porque tecnicamente eu tô entendendo o

1419 posicionamento da Doutora Rosa, mas o município também entende que não é uma
1420 Área de Proteção? Que não/ o município é só a questão/ urbanística? – Ela tá, ela
1421 tá, no Zoneamento da Cidade, como Área de Proteção. – Mas ela não é uma Zona,
1422 uma Zona – Ela não se caracteriza – Mas (ininteligível) para zonas significativo –
1423 Ela não é Unidade de Conservação, certo? – Que a doutora colocou (ininteligível)
1424 não tem (ininteligível). – Não, porque a parte legal aí vira/ prá mim, por exemplo, prá
1425 mim, qu'eu to aqui com um processo judicial – Eu entendi, eu entendi a sua
1426 preocupação – É. -... e eu queria só que você ficasse bem/ a senhora (rindo)
1427 desculpe, ficasse bem tranqüila que é, existe aí, a gente entende que existe,
1428 digamos uma certa dificul/ uma peculiaridade, chega até a ser, a ser, às vezes
1429 esquisito, né? Mas é o que tá acontecendo e eu acho que o município se é ele tá
1430 entendendo, digamos, em dar esse tipo de tratamento, é louvável. Porque as outras
1431 Unidades de on/ ou as outras ZPAs elas tão tratadas e a Lei Municipal não exige
1432 Plano de Manejo, exige só regulamentação. O que é que aconteceu? Essa Unidade/
1433 essa ZPA especialmente foi feito uma regulamentação PARCIAL, certo? Exigindo
1434 uma complementação de regulamentação que é isso que tá sendo feito agora. E e o
1435 município pediu enten/ eu acredito que entendendo, pela existência do parque que
1436 já fizesse no/ num digamos, num estilo, um formato de Plano de Manejo. Por quê?
1437 Por que o Plano, uma legislação pura, ela, ela, a regulamentação pura, ela diz, ó
1438 Pode, Num pode, Num sei que. O Plano de Manejo ele além de dizer pode, num
1439 pode, ele vai dar orientação sobre isso, vai traçar estratégias, vai... É um Plano,
1440 termina sendo na verdade, um Plano Estratégico. Agora, eu acredito, que a dúvida
1441 fica tirada na hora que a Legislação Municipal, a regulamentação, a
1442 complementação da Legislação de uma Zona Urbanística Municipal ela vai tá
1443 trazendo/ dizendo o conceito de Zona Primitiva. Zona Primitiva é aquela zona que
1444 tenha isso, isso e aquilo outro. O qué que pode nela? Pode isso, isso e aquilo outro!
1445 Num pode o quê? Num pode mais nada! Então quer dizer a – (Ininteligível) – ela
1446 taria – Mas, a Lei fala especificamente, os estudos para definir o tipo de Unidade de
1447 Conservação e Elaboração do Plano de Manejo para os setores que tratam os
1448 incisos anteriores, que são/ os incisos dizem respeito à Subzona de Conservação,
1449 ou seja, tá/ a Lei diz: *A Subzona de Conservação só pode existir lá Unidade de*
1450 *Conservação*. Então, isso daí é uma premissa básica prá gente solucionar, porque
1451 senão a gente tá fazendo uma coisa contrária à Lei. Certo? Então ali tá diz/ aqui já tá
1452 dizendo, então o que é que a gente tem de fazer é o Plano de Manejo dessas
1453 Unidades de Conservação. Porque a Lei dá dizendo: *Zona de Proteção Ambiental/*
1454 *Subzona de Conservação. Só/ os estudos para definir o tipo de Unidade de*
1455 *Conservação é elaboração do Plano de Manejo para os setores que tratam os*
1456 *incisos anteriores serão concluídos (ininteligível) de cento e oitenta e duas (182).* Isso
1457 qu'eu to falando, porque fica muito difícil a gente defender uma área e, assim, se a
1458 gente tem oportunidade de consertar, colocar dentro da Legislação, aí a gente vai/ a
1459 gente vai ter um suporte legal prá proteger a área. Agora, a gente inventar um
1460 novo... uma nova terminologia, uma nova dimensão...eu me preocupo com essa
1461 situação. Porque (ininteligível) a nossa infelizmente, a nossa forma de proteger/ de
1462 proteger a Lei é diante da Lei existente. Se a Lei não é clara a gente perde a
1463 proteção! Entendeu? A a questão é essa. É jurídica. – Num teria dificuldade - Por
1464 isso acho que a Assessoria, a Procuradoria do Município precisa/ cadê Doutora
1465 Cássia? – Eu compreendo - É essencial ela tá aqui prá poder, ela colo/ formatar
1466 esse estudo, mas dentro de uma Legislação que a gente pode aplicar, senão a
1467 gente não vai ter a – Eu compreendo que é, é, digamos essa/ a grande dificuldade

1468 que existiu aí, foi a criação do parque antes de ter – Várias vozes discordantes –
1469 antes de ter - Não é isso. A discussão não é essa! – Veja só, a criação do parque,
1470 ele traz, ela traz um ponto, porque ela cria logo a Unidade de Conservação de
1471 Proteção Integral – mais discordâncias – e outra coisa, o restante da área ela teria o
1472 mesmo tipo de tratamento porque ela exige uma Proteção Integral. Então, o que, o
1473 que acontece, pode-se ver dentro das Unidades de Conservação de Proteção
1474 Integral, são pouquíssimas as que podem funci/ estão aberta prá propriedade não
1475 ser pública. Então a gente tem essa restrição. Mas eu acho que se tiver a
1476 necessidade de, digamos essa indicação prá fortalecer – Não, mas é uma obrigação
1477 aí. – Eu acredito que não teria dificuldade de discutir com o município que tipo de
1478 Unidade (ininteligível) – Que a Lei já diz! A Lei diz – (ininteligível) natural que talvez
1479 seja um dos poucos que pode conciliar com/ com a questão, digamos, da
1480 propriedade. Porque uma dificuldade de tornar público, Proteção Integral é, é o/ de
1481 imediato, a dificuldade que o município tem de adquirir todas as áreas de uma vez. -
1482 Botar mais um pouquinho de ânimo. Gostaria – Gostaria que fosse um pouco mais
1483 rápido, porque... – Bem rapidozinho – das perguntas das/ - somente, só/ Eu gostaria
1484 só/ bem rápido prá minha fala ser resistrada. A preocupação da Consultoria quanto
1485 técnico quanto cidadão, eu particularmente, a gente entende perfeitamente a
1486 preocupação da Doutora Gilka, a preocupação do município e eu gostaria de dizer o
1487 seguinte: essa discussão que a Doutora Gilka tá levantando agora, foi uma
1488 discussão que a gente teve desde o início, quando a gente começou a receber esse
1489 trabalho prá a elaboração. Eu compreendo que no meu entendimento, eu também,
1490 percebendo o entendimento da própria Secretária do Meio-Ambiente, a
1491 preocupação, isso aqui não é nada de coisa definido, se o município, a partir desse
1492 momento entender que toda aquela área tem de ser uma Unidade de Conservação,
1493 ótimo, tá resolvido o problema de Natal. E baseado na sua Lei – Na Lei (Nobre?) –
1494 (riso geral) – exatamente! Mas aí, Doutora. Gilka, a gente num tá dando/ uma , uma
1495 proposta e o município – (Ininteligível)! - quanto/ a responsabilidade como todo
1496 mundo sabe que são áreas particulares, se o município disponibilizar, porque você
1497 sabe que a Unidade de Conservação não pode ser particular, a não ser as –
1498 (Ininteligível) tem. - (Várias vozes juntas) - mas isso, vai depender se o
1499 proprietário entender e querer, é outra situação. Mas, o município entender que toda
1500 essa área tem que ser de uma Unidade de Conservação, ótimo. Num tem nenhum
1501 problema! O próprio município propõe a mudança. É. É. Não tem dificuldade. Vai
1502 entender só do entendimento jurídico do Poder Público. – Desculpa, só mais uma
1503 última intervenção, eu prometo. Mas, o qu'eu acho é que o Plano de Manejo ele não
1504 tem que entrar na questão econômica. Ele vai passar a parte técnica pro município,
1505 o município que se vire com a questão econômica, mas eu digo o seguinte: a parte
1506 técnica num é, num é Primitiva a utilização pelo que toda a exposição que a gente
1507 viu? Então, tem que passar. Porque se o municí/ se a equipe técnica entrar nessa
1508 questão aí, a gente vai descaracterizar assim, a própria finalidade do estudo. Ora, o
1509 estudo indica que tem que ser Área Primitiva e, portanto tem que ser Unidade de
1510 Conservação. Agora, se o município não der conta disso, é outra questão –
1511 Concordo. – Eles podem até buscar junto aos particulares da área, entendeu? –
1512 Mas, essa discussão no entendimento acho que da equipe é ótima! Se o município
1513 entende, prá equipe técnica é ótimo e prá o município se ele entender que deve ser
1514 uma Unidade de Conservação na sua totalidade,- Exatamente! - ... num vai ter/
1515 nenhum problema. O meio-ambiente e a sociedade agradece muito bem. – Por uma
1516 questão de ordem. – Por favor. Ele pediu uma questão de ordem ali. –É só porque

1517 tem vários inscritos e a gente tá com umas dúvidas que também dizem respeito ao
1518 tema, e se desse um bloco prá que nós colocássemos as nossas dúvidas também
1519 talvez se enriquecesse mais ainda o debate. – Certo. – Abrir para os que estão
1520 inscritos aí. – Pois não. Petronilo. – Só esclarecer essa questão da Categoria que a
1521 Promotora Gilka levantou, na leitura que nós, eu sou também, enfim eu fui o
1522 Presidente da Comissão de Avaliação desse material que foi entregue à SEMURB,
1523 então fizemos uma leitura técnica e o meu entendimento Rosa, me corrija se eu
1524 estou errado, e da equipe da Universidade, foi que na Subzona de Conservação da
1525 Lei 4.664, nela como tá colocado, tem que ser indicado essa Categoria de Unidade
1526 de Conservação, as duas/ as duas categorias que estavam ali já colocadas, duas
1527 categorias seriam, o Parque já consolidado já criado e a RPPN. Considerando a
1528 fragilidade dessa área. A minha leitura, pelo qu'eu entendi, já estava definido essas
1529 duas categorias Parque Institucional, parque e o que era particular RPPM. A
1530 Reserva Particular de Patrimônio Natural. Então, os particulares tinham esse
1531 interesse em fazer uso daquela área considerando a fragilidade, eles teriam que se
1532 enquadrar dentro desse/ dessa estrutura. Considerando as limitações da área.
1533 Porque temos na cidade, o Zoneamento foi feito, o direito de construir, ele num tá
1534 igual prá toda cidade. Tem-se que observar essas limitações físicas. Então, na leitura
1535 qu'eu fiz do material que foi apresentado as duas únicas categorias do SNUC que
1536 seriam viáveis dentro dessa Subzona de Conservação, seria a categoria Parque e a
1537 categoria RPPN. A única coisa qu'eu/ eu/ só senti um pouco falta, foi na prescrições
1538 da RPPN em dizer a área mínima a ser ocupada. Por exemplo, meio por cento
1539 (0,5%) da área, do lote total? Porque por exemplo você tem várias RPPNs no sul do
1540 país, então, você tem um hotel dentro de uma área de, digamos, quinhentos metros
1541 quadrados (500m²) construído e vinte (20) hectares preservado. O restante da área,
1542 é a área que não se pode mexer. É uma área da RPPN e não se pode mexer.
1543 Entretanto, você viabiliza o uso da área com essa prescrição mínima de ocupação.
1544 Então, na leitura qu'eu fiz do material seria essas duas categorias do SNUC, parque
1545 e RPPN, eu to errado? – Isso que foi (ininteligível) as Unidades de Conser/ o estudo
1546 ele tá apontando sempre no sentido seguinte: Que deve ser feito todo um esforço,
1547 prá que gradativamente vá se crescendo as áreas do parque e que dentro do
1548 possível, esse esforço faça cobrir toda a Zona Primitiva, pelo menos que tá dentro/
1549 naquela faixa da Omar O'Grady pra, pra, Nova Ci/ - Cidade Nova – Cidade Nova –
1550 Na Subzona 1 -... na Subzona 1 seja integrado ao parque. Essa é uma indicação. O
1551 que tá dito. – E a outra área? – E, agora o que foi dito, o que foi colocado o seguinte:
1552 passo a passo, quer dizer, existe isso numa coisa de horizonte mais... foi colocado
1553 como uma questão do horizonte... de um processo contínuo. Agora que, de
1554 imediato, qué que poderia ser feito? Poderiam ser feito ACORDOS, deve ser feito
1555 acordos com os proprietários - Transferência de potencial – transferência de
1556 potencial, incentivo a RPPN, agora, mesmo com RPPN é interessante que veja que
1557 só poderia ser explorado – Na Subzona 1 ou 2? – o uso, na Subzona 1, o uso que
1558 tá previsto no Plano de Manejo. Quer dizer, o proprietário que for dono daquele lugar
1559 que tenha a parte, aquela escavação de mineração, tá previsto lá um viveiro de
1560 mudas! Então quer dizer, é o potencial que ele teria de uso - Na categoria dele. –
1561 naquela categoria, entendeu? Como na parte digamos dos mirantes de dunas, tá
1562 previsto lá mirante de dunas, o uso restante é de educação ambiental, e/ e todas as
1563 cargas que são relacionadas a recuperação ambiental também tá previsto. Então, é
1564 esse o direcionamento. Inclusi/ agora, se... existir digamos, um direcionamento, ou
1565 uma proposta de que se crie também uma Unidade de Conservação mais aberta,

1566 prá se conseguir mais de imediato, Doutora Gilka, essa garantia, aí, teria que ser
1567 estudado que Unidade seria essa que não fosse, que não tivesse que dar/ digamos
1568 essa obrigação da Prefeitura desapropriar, porque / num adianta se fazer/ a gente tá
1569 pensando também nas coisas que são viáveis. Não adianta, digamos dar uma coisa
1570 que depois a Prefeitura/ dar uma proposta que depois a Prefeitura ela num possa
1571 fazer e comece a criar outras pendências jurídicas. Então, eu acho que se tiver
1572 abertura, não tem problema, porque o parque ele pode depois ir absorvendo
1573 gradativamente. Isso é um processo de gestão que ele é contínuo, depois que
1574 começa num para mais. Então, a gente não teria problema nenhum em fazer essa/
1575 essa/ digamos, assimilar essa/ e até pesquisar, ajudar, vê como é que/ estudo com a
1576 Prefeitura, com a/ com a/ vê que Unidade de Conservação seria... mais adequado. –
1577 É um esclarecimento, a Arquiteta, eu chamei de Professora, mas Arquiteta Rosa e
1578 Professora Iracema, elas estão aqui, enquanto representantes do grupo de trabalho
1579 que elaborou esse projeto, e também o Petronilo é/ ele está interferindo porque ele é
1580 o/ é a pessoa da Prefeitura que mais esteve em diálogo conosco nesse período.
1581 Então, devido o avançado da hora, nós devemos dar prosseguimento aqui as
1582 questões que/ as pessoas que estão inscritas, são várias e eu/ eu terei que ser
1583 agora bem rigoroso com relação ao tempo. É Marcelo Queiroz, está presente? Pode
1584 formular a pergunta rapidamente, por favor. – Realmente, a vai ter que formular
1585 rapidamente porque num foi cumprido o que tava escrito no (ininteligível) porque a
1586 primeira pergunta oral levou quase uma hora. Mas tudo bem, vamo fazer aqui um
1587 esforço. É dentro ainda dessa, dessa Unidade de Conservação, a minha pergunta é
1588 o seguinte: A CAERN ela tem uma/ primeiro desculpe, eu gostaria de me apresentar,
1589 meu nome é Marcelo Queiroz, eu sou geólogo da CAERN e também gostaria de
1590 parabenizar a equipe técnica pelo trabalho. É, a minha pergunta é o seguinte: Dentro
1591 dessa, dessa Unidade de Conservação, a gente tem/ a gente tem ali na/ naquela
1592 área uma bateria de poços da CAERN com oito (8) poços e que produz vazões
1593 significativas, inclusive esses oito (8) poços produz mais hoje do que tudo que a
1594 gente tira da Lagoa de Jiqui, e esses poços são importantíssimos para garantir o
1595 suprimento de água que deixa de ser produzido pelos vinte e sete (27) poços que
1596 foram desativados em Natal, por conta da contaminação do nitrato. Então dentro
1597 desse contexto eu gostaria de perguntar o seguinte: entro dessa Unidade de
1598 Conservação é... ou Primitiva como tão chamando, é possível, a pergunta é para
1599 (ininteligível) liberar a construção de poços tubulares para captação de água
1600 subterrânea para abastecimento público? Isso, essa pergunta tem como finalidade o
1601 seguinte: Porque quando/ aquela ação que Doutora Gilka falou no início, que foi
1602 impetrada, quando o Juiz decretou a liminar, a única atividade que ele permitia,
1603 mandou parar tudo, a única atividade que ele permitia era exatamente a perfuração
1604 de poços tubulares, tendo em vista o problema sério e de grande gravidade que se
1605 encontrava a Cidade do Natal. Então, tá lá na ação, a única coisa que ele permitia
1606 era isso. Então é pensamento da CAERN é, é, aumentar a produção naquela área
1607 porque é ainda, ainda, uma área com água de qualida/ de boa qualidade e que
1608 serviria prá nos suprir enquanto os estudos técnicos para definição definitiva da
1609 solução do problema da contaminação de Natal / chegasse a contento. Então era
1610 mais ou menos isso a pergunta. – Quando nós começamos a elaborar esse
1611 trabalho, dois ou três meses depois, a CAERN fez uma... gestão junto à Prefeitura
1612 no sentido da instalação de alguns/ de alguns poços lá. Se num me engano eram
1613 seis (6) ou sete (7) poços. E naquele momento estávamos fazendo o Diagnóstico,
1614 nós da equipe da Universidade não tínhamos assim, a/ a competência prá dar essa

1615 autorização, mas nós passamos então isso prá SEMURB, prá dar uma resposta.
1616 Então eu num tenho agora, clareza de qual foi o encaminhamento que foi dado a
1617 essa questão. Eu pediria a alguém da SEMURB que pudesse/ qe desse algum
1618 esclarecimento com relação a esses poços que foram solicitados/ foi solicitada a
1619 instalação. – Ininteligível - - Ah! Pelo amor de Deus a gente quer preservar a água
1620 prá usar, né?! – É uma função social! – Pelo amor de Deus! – Ininteligível. –
1621 Petronilo, por favor, você sabe qual foi o encaminhamento que foi dado a essa
1622 questão da CAERN? Com relação à perfuração dos poços? Eu num tive essa
1623 dimensão depois. – Nós já/ é como já foi colocado na própria... entendimento
1624 jurídico com relação/ teve uma Ação Civil na área, em que a única possibilidade
1625 nessa Subzona de Conservação seria a criação da Unidade de Conservação, do
1626 Parque da Cidade e perfuração dos poços da CAERN. Então isso foi uma/ um
1627 material que foi inclusive repassado prá Universidade, agora o Professor Cícero, ele
1628 deve ter feito – Suiu. - ...considerações, então seria a pessoa mais indicada prá... se
1629 descer ao detalhe dessa análise. Mas isso foi previsto e foi repassado prá/ prá/ prá
1630 Universidade e na leitura que nós fizemos isso estaria preservado essa exploração.
1631 Entretanto tem um programa de monitoramento que deve ser implantado, de
1632 acompanhamento da qualidade da água nessa/ nesses poços. Isso tá/ tá previsto
1633 um estudo, agora o detalhamento do como o Professor Ciro chegou... aí realmente
1634 ficaria/ fica difícil a gente falar. – Bom, vamos passar agora aqui prá Jadson da UNP.
1635 Jadson Jonei – Eu sou estudante do Curso de Engenharia Ambiental e no momento
1636 to fazendo um trabalho de Diagnóstico/ de um Diagnóstico Ambiental de uma área
1637 que nós teríamos que selecionar, e eu selecionei, aleatoriamente, uma deposição de
1638 entulhos que se localiza na Subzona 2, dentro da ZPA 1. É uma deposição de
1639 entulho antiga porque eu tenho fotos aéreas aqui nesse pen drive, e desde 2006 há
1640 colocação de entulho nessa área, e dentro dessa área existe também um viveiro de
1641 plantas, mudas, que utilizam inseticidas prá combater as formigas e os, o mosquitos,
1642 tem um posto de gasolina que é o/ o piso do posto é óleo e eles lavam esse posto e
1643 essa água da lavagem do posto infiltra nessa Subzona 2 que é uma Área de
1644 Rebaixamento de Dunas, uma área de captação de água mesmo pluvial, e esse
1645 entulho que desde 2006, esse entulho desde 2006 é, é/ com as fotos aéreas que eu
1646 tenho, é... com a imagem qu'eu fiz lá, na, na metodologia espontânea que é a visita
1647 ao local, eu constatei que esse entulho avançou, avançou mais de dez (10) metros
1648 esse entulho. E a altura desse entulho é uma altura fenomenal porque tem mais de
1649 vinte (20) metros também. De entulho, num é? E, e assim, é entulho de construções,
1650 tem, tem tem latas de tintas e solventes, materiais orgânicos, lixo, e, e, eu fazendo
1651 uma pesquisa com, com, os moradores, os comerciantes locais, eu detectei que a
1652 denúncia é que a própria Prefeitura de Natal, os caminhões da Prefeitura de Natal
1653 depositam esse entulho lá. Nessa visita qu'eu fiz, eu constatei que também
1654 carroceiros depositam esse entulho lá. Além do entulho, lixo e poda de árvores.
1655 Quería saber se vocês tinham conhecimento desse depósito de entulho que
1656 acontece dos dois lados da Subzona 2, tanto na margem da Integração como da
1657 duna e já aterrou boa parte da vegetação e modificou o relevo local, inclusive o da
1658 duna, que aparece aí inclusive em fotos, a área que qu'eu to fazendo esse
1659 Diagnóstico. E, eu queria saber se vocês tinham conhecimento da área, tanto vocês
1660 ou até o policiamento ambiental, a Guarda Municipal, se tinha conhecimento dessa
1661 deposição de entulho, dessas atividades que ocorrem naquela área ali que é
1662 importante para o abastecimento do lençol freático. Pois é uma área que/ é uma
1663 área bem rebaixada mesmo e que capta a água pluvial. Era isso a minha pergunta.-

1664 É, nós sabemos da/ o levantamento, os estudos que foram feitos, os entulhos não só
1665 nessa área, mas em outras áreas também foram detectados e, foram feitas
1666 recomendações/ são feitas recomendações prá/ prá que esse problema seja
1667 resolvido. – Mas, de que forma? Retirando o entulho?... de volta prá recuperar a
1668 paisagem? – Recuperar, não recupera não. – Dentro desse programa de
1669 recuperação é possível que/ bom, eu não sei... – O que é que tá previsto? – Veja só,
1670 o queacon/ assim, a que acontece? Essa zona é uma/ aquela Subzona 2 é uma
1671 zona de uso controlado. - Uso controlado. – Uso restrito. – É. - Então uma das
1672 formas de se ter condições de usar ali, é nivelar o terreno! Então, da forma que tá na
1673 legislação em vigor, ali ela deveria, pode ser aterrada e pode ser desnivelada/ quer
1674 dizer, arrasada as dunas. Porque ela está destinada, a destinação dela é
1675 construção. Abertura de rua e construção dos loteamentos, a consolidação dos
1676 loteamentos que já existem projetados. Então se ti/ o que tiver sendo feito nesse
1677 sentido, teoricamente, pela Legislação Municipal não teria/ não taria sendo errado!
1678 Porque a própria Lei permit/ tava permitindo que fosse feito aquilo. – Certo. -
1679 Consolidado os loteamentos que tavam lá em cima, e prá isso precisavam aterrar
1680 buraco, tirar cucuruto de duna. – Mas, essa (ininteligível) – O que acontece?
1681 Justamente diante dessa/ dessa identificação, e o estudo ele identificou áreas que
1682 vão ser/ que são importantes, certo? – Prá drenagem. – Prá drenagem... ou mesmo
1683 pela questão paisagística, da composição/ porque tem dunas ainda com uma certa
1684 é, representatividade. Então, o estudo, ele está, a proposta está querendo resgatar
1685 ALGUMAS áreas dessa zona prá continuarem como de preservação. Então, porisso
1686 qu'elas aparecem ali como zona/ Zonas de de Conflito. Porque o conflito ele tá
1687 relacionado justamente, ele ainda tá preservado, mas ela tá com destinação
1688 urbanística de uso, como se fosse prá ser arrasada. Então o estudo ele tá dando,
1689 propondo inclusive uma intervenção SOBRE ESSA QUESTÃO. Prá poder solucionar
1690 essa questão. – É, fica um pouco contraditório porque ali (ininteligível) proibição, a
1691 proibição é realmente isso. É proibido a deposição de entulho e lixo, e é o que tá
1692 acontecendo. – Bom, vai ser proibida a deposição de lixo, de entulho, NAS ÁREAS
1693 QUE VÃO SER RESGATADAS. As outras áreas vão/ deve ser feito um Plano de
1694 Arruamento prá saber onde é que deve passar rua, rua que deve mudar de lugar prá
1695 dar acesso a lote, e, é claro, que/ que a Prefeitura vai ter que, quando for licenciar,
1696 estudar a questão dos aterros que vão precisar ter. Do movimento de terra que vão
1697 precisar ter. Porque as casas e as ruas elas precisam TER uma organização. Prá
1698 poder ter a drenagem urbana, prá poder ter todas essas questões. Então, é uma
1699 área que vai precisar de uma atenção, de reestudo, mas que já foi definido que
1700 áreas que precisam ser recuperadas nas quais não vai poder ter aterro, entulho, e
1701 nem/ nem desmanchar o/ o /a/ digamos, o relevo que taria – Tá ligado? - e a
1702 vegetação. – É, ele falou sobre a Guarda Ambiental, a princípio eu gostaria de
1703 informar que nós da Guarda Ambiental somos novos/ novos nos (teatros?) de
1704 operações no tocante a fiscalização ambiental, somos um grupo subordinado às
1705 ações da SEMURB, temos conhecimento, temos. Adentramos toda a ZPA e fizemos
1706 um levantamento de segurança inclusive encaminhamos à própria SEMURB. Todas
1707 as ocorrências nos quais nos deparamos entramos em contato com as equipes de
1708 é... solo, ar/ urbanístico da SEMURB, porque são realmente as pessoas que tem o
1709 poder de polícia técnica e (infe?) ofício mediante atuação, de algumas infrações.
1710 Estamos ostensivamente na rua ou apenas com a viatura, um Fiat Uno, mas
1711 fazendo a fiscalização de todo entorno, participamos inclusive de/ do controle de um
1712 incêndio criminoso que teve lá, e o conhecimento sobre/ a depos/ o depósito de

1713 entulhos é grande, através de carroceiros. É, no última/ na última incursão que nós
1714 fizemos com alguns técnicos da SEMURB, nós chegamos até o lado onde o cidadão
1715 ali, falou, que as pessoas estão, a se/ o lado social, avançando aqueles terrenos
1716 particulares, pa construção. Os técnicos da SEMURB eles mapearam tudo, inclusive
1717 usaram GPS, entendeu? E... a nossa parte nós tamos fazendo, apesar do pouco
1718 efetivo que temos, esperamos que, com a inauguração do parque e o executivo
1719 municipal nos deixou à vontade prá tratarmos de assuntos relativo à segurança do
1720 próprio parque em si e em seu funcionamento. Entretanto, informamos à
1721 comunidade que tem a Guarda Ambiental, no número 0800-2810153, num é muita
1722 coisa, mas... estamos fazendo cm que o contribuinte se sinta à vontade com os
1723 nossos serviços. Eu agradeço você ter tocado no assunto, nós somos subordinado
1724 às ações de fiscalizações da SEMURB. De apoio às fiscalizações da SEMURB.
1725 Obrigado, uma boa tarde.- (pausa) – Passar agora prá... não sei se entendi bem o
1726 nome aqui, se é Cândido Brunet, uma coisa assim. Brunet qué do Conselho
1727 Comunitário de Nova Cidade. (pausa) – Meu nome é Onaldo Brunet. Eu vou/ fazer
1728 um repúdio aqui, diante da SEMURB. Além de fazer parte do Conselho Comunitário,
1729 eu sou representante no Conselho Municipal de Saúde de Natal, representando
1730 segmento do usuário. E, nós sabemos que o serviço público municipal é a desejar.
1731 Então a SEMURB parece que ela não conhece Nova Cidade, ou Nova Cidade não
1732 existe dento da SEMURB, pois é construção desordenada, lixo, enes infrações tem
1733 ocorrido em Nova Cidade. E feito denúncia na SEMURB, até com Hélio e Fábio, mas
1734 aí não chega na Nova Cidade. Se tem fiscalização no carro, eu nunca vi o carro
1735 subir o morro de Nova Cidade para uma/ uma fiscalização irregular. Então Nova
1736 Cidade não existe ou então não está dento do projeto... municipal de Natal.
1737 Obrigado. (pausa) – É... bom, iss' aí, acho que a resposta prá isso seria de alguém
1738 da Prefeitura. João José de Souza, liderança de Nova Cidade. Ele pede
1739 esclarecimentos. – (pausa) – É... bem eu, como a Secretária ela precisou se
1740 ausentar, vou só colocar que há realmente o registro dessas denúncias, inclusive
1741 eu, já fiz já, umas vistorias de trabalho ali em Nova Cidade, até no entorno do novo
1742 poço novo poço que a CAERN lá implantou, então a gente tem algumas, algumas
1743 atividades em processo, entretanto... Há fiscalização, há o registro, há o
1744 acompanhamento, mas isso tudo tem um processo de tramitação. Não/ todas essas
1745 solicitações que tão sendo colocadas e registradas, como tá/ como consta no
1746 Regimento, né Professor, vai ser tomado nota, vai ser repassado para a Prefeitura.
1747 De antemão só coloco que, pelo menos do qu'eu tenho conhecimento, que EU FUI,
1748 eu tenho/ no que eu tenho responsabilidade foi fei/ foi efetuado. Agora, tem outros
1749 setores que você citou aí, como citou Supervisão Vegetal que... deve ter o processo
1750 em andamento, mas nesse momento eu não tenho uma resposta, mas isso tá sendo
1751 colocado, tá sendo gravado, né Professor? – Filmado e tá sendo gravado –
1752 Gravado, filmado e transcrito, isso vai tá em Ata e a gente vai ter condições inclusive
1753 no próprio site, quando for isso registrado, vai tá a Ata dessa reunião no site da
1754 SEMURB, lá no link do parque. Vai tá tanto o Plano de Manejo, como a minuta de
1755 Lei, como esse todo/ essa... essa questão, a gente vai/ também vai tá o espaço prá
1756 responder os questionamentos que vocês vão apresentar. A gente vai lá colocar, em
1757 resposta a Ata aquilo que também foi colocado. Foi tá sendo gravado e... que agora,
1758 no momento a gente não tem condições de ter a resposta porque ele colocou que
1759 depende de outros departamentos, outros setores. Então a gente fica a/ num
1760 segundo momento fazer essas respostas. (falha na gravação 'pulou' o som) - Cobrir
1761 aquela necessidade de estudos hidrolí/ hidrogeológicos, vamos chamar assim, mas

1762 antes, principalmente com relação aqueles fluxos do aquífero e aquela interface dos
1763 instrumentos político-urbanos, eu não vi isso contemplado no Plano. Podendo
1764 envolver também a própria Universidade Federal. Como eu disse aqui (tomar parte o
1765 sLARI?), o G.A. lá com a Professora Dulce. O LARI com o Professor Cícero. PRÁ
1766 GENTE FAZER A AMPLIAÇÃO DESSES ESTUDOS. Brigado. – É já tínhamos
1767 passado aqui a palavra pa... – Professor Edilson, só prá explicar (ao pessoal?) o
1768 Regimento, o Regulamento foi entregue hoje, no artigo 11º – No Prazo de oito (8)
1769 dias corridos, contados da data de realização da Audiência Pública, a UFRN
1770 receberá comentários, manifestações e sugestões que será anexados à proposta de
1771 Plano de Manejo. Então, isso vai ser, deve ser/ como tá aqui no Regulamento,
1772 deve ser encaminhado para UFRN, agora não sei em que canal, acho que
1773 (ininteligível) Professora Iracema prá que ele – É preciso disponibilizar o email –
1774 COMO? Porque num deixa na internet o site prá... prá gente poder contribuir. – Não,
1775 o que/ como a Universidade vai reunir essas informações e vai fazer o trabalho
1776 interno deles, o que a gente receber deles, isso vai ser disponibilizado pela internet,
1777 mas como tá na Regimento isso tem que ser passado prá os professores, que
1778 fizeram os trabalhos prá que eles façam as discussões internas, encaminhem prá
1779 gente, a gente/ o que eles encaminharem prá gente a gente já vai tá disponibilizando
1780 no site da SEMUR. Vai ser dado publicidade. Entretanto, um contato/ como está aqui
1781 no Regulamento essas contribuições devem ser passadas prá equipe técnica da
1782 UFRN, prá eles poderem avaliar e passando prá gente, a SEMURB disponibiliza no/
1783 no site. Já tem um link criado. – O da Universidade, tá no site da Universidade? A
1784 gente pode contribuir... – Não, no site da Universidade, não. Nós temos um email da
1785 ZPA, do projeto ZPA, que inclusive ele é/ - Edilson, Edilson! Edilson, só um
1786 minutinho, por uma questão de ordem, é só prá lembrar que nós somos consultores
1787 e esse produto é do município. É, a partir do momento, aqui no final do mês de abril,
1788 encerramos nossa/ nosso contrato e toda contribuição vai do/ para o município.
1789 Agora, que é importante que vocês entenda assim, o papel da Universidade nesse
1790 momento. Ela tá apresentando um produto e esse produto tá sendo entregue ao/
1791 mun/ à SEMURB e a partir desse momento a SEMURB vai conduzir outras
1792 Audiências, se for necessárias, assim o município entende. Nesse momento, o
1793 documento, por ser um produto, um contrato, não podíamos nem disponibilizar sem
1794 autorização do proprietário. Isso é questão legal. – (Ininteligível.) - Dento/ dento do
1795 contrato da gente é uma questão legal. Não podíamos disponibilizar no nosso site,
1796 porque o produto não é nosso, apenas a gente tá contribuindo para um contrato.
1797 Isso – João José de Souza – Liderança de Nova Cidade – Bom, eu gostaria de dar
1798 um esclarecimento, e esse esclarecimento é pa esclarecer algumas coisas que já
1799 foram falado. Com relação ao Bairro de Nova Cidade é que nós já temo até um
1800 registo e é oficial que é um BAIRRO. E... num é conhecido, a prova é que aqui,
1801 realmente foi falado as quato/ as três fatia e Nova Cidade num falaro. Então/ aí já foi
1802 tocado aqui depois disso várias vezes e eu to só/ esclareceno, que realmente, ATÉ
1803 NO DIÁRIO OFICIAL já saiu como sendo Bairro. Só que ainda num tá... seno...
1804 conhecido. Só isso. (pausa) – É um bairro que fica no entorno, no entanto desde o
1805 momento nós recebemos o... o... material prá começar essa pesquisa, nós
1806 entendemos que a ZPA é limitada pelo bairros de Cidade Nova, Pitimbu e
1807 Candelária. – Legalmente é o que existe. – Legalmente é o que existe. – O que vai
1808 acontecer com Nova Cidade? A partir de agora? – É uma localidade como... –
1809 (várias vozes) – Então pronto! – É uma localidade (ininteligível) trinta anos. – É,
1810 estando na, é, dentro da área, tudo que for pertinente... vai acontecer também com

1811 Nova Cidade. Tudo que/ todos os programas que estiverem previsto, todas as
1812 recomendações previstas, certamente, vão ser.. – Eu vejo na minha percepção, tá
1813 havendo a a, um escurecimento em relação à Nova Cidade (ininteligível) saiu de lá,
1814 e em relação à pesquisa que aconteceu, QUE NÃO ACONTECEU lá, entendeu?
1815 Hoje sentamos com os agentes de saúde e perguntamos se passou fazendo a
1816 pesquisa em relação à situação/ à situação dessa ZPA, se alguém tinha
1817 conhecimento dessa ZPA, e ninguém/ Fiquei sabendo dessa Audiência através
1818 duma faixa que estava colocada na entrada prá Nova Cidade. O acesso à internet,
1819 como ele frisa bastante, poucas pessoas tem acesso à internet, poucas pessoas tá
1820 tendo acesso a essa questão da ZPA. A questão do horário. Então/ Ou seja, Cidade
1821 Nova tem o acesso ao Parque, Planalto tem acesso ao Parque, Nova Cidade está
1822 inserido no entorno, mas qual vai ser o acesso das crianças que querem participar
1823 de uma educação ambiental lá no Parque? Onde é que vai ser? Se está inserido
1824 dentro desse Parque, dentro dessa Zona? A questão também da/ da/ dos
1825 moradores, a área do morro que é uma área de risco que tá inserido no/ no/ na
1826 ZPA? Essas pessoas? Qual é a segurança dessas pessoas vamos dizer, de hoje
1827 adiante? É isso que não está esclarecido, por mais que não seja/ Ah, Nova Cidade é
1828 uma localidade, desde/ e uma que não tem nenhum fator que diga assim: Nova
1829 Cidade e Cidade Nova. Existe uma barreira, é... uma duna que separa Nova Cidade
1830 de Cidade Nova. Não temos acesso à Cidade Nova, nem Cidade Nova tem acesso à
1831 Nova Cidade. Equipamentos é... sociais que existem em Nova Cidade há anos e de
1832 uma hora prá outra dizer: *Ah, Nova Cidade é uma localidade*. Eu creio que isso seja
1833 algo que precisa ser revisto e ser – Aqui, tá no Diário Oficial. – atualizado. É tanto
1834 que no Diário Oficial – De 07 de outubro de 2003 - ... de 07 de outubro de 2003,
1835 certo? – É... tornado Bairro. – Que existe exatamente essa questão do bairro. – Por
1836 favor, é... a Dayse participou da, da pesquisa que aconteceu e ela poderia dizer
1837 aqui, com relação à/ à passagem do pessoal por lá. – Por questão de ordem, tem
1838 gente inscrita na seqüência, as pessoas que quiserem fazer suas inscrições, por
1839 favor (ininteligível) – Certo. – fica atropelando o (ininteligível) – Tá ok. – Bem, boa
1840 noite, é só prá esclarecer que em Nova Cidade a gente fez uns questionários sim
1841 com a população, inclusive é/ na época tava até... a gente tava de GUARDA-chuva,
1842 de sombrinha e tal. Foi/ foi feita sim uma pesquisa socioeconômica lá. E foi
1843 justamente lá foi pega as informações que as pessoas não sabiam é/ é... o que é
1844 que era ZPA. Foi no início da pesquisa, a gente/ realmente a gente FOI lá. –
1845 Quantas pessoas foram pesquisadas? – Dados numéricos realmente eu não vou ter
1846 aqui, mas... com certeza e... no Plano, no Plano de Manejo você vai encontrar
1847 numericamente esses dados. – No Diagnóstico. – Mas foi muito fechado, muito
1848 resumido. – Porque uma pesquisa socioeconômica é feita justamente por
1849 amostragem e, e, a população é muito grande, então o tempo exíguo prá se fazer
1850 uma pesquisa exige que se faça uma amostragem e certamente, uma parte da
1851 população, claro, uma parte considerável não foi pesquisada. Porque não dá prá se
1852 fazer pesquisa casa a casa. Mas, voltando aqui a questão do... Bom, as perguntas
1853 livres, nós só temos uma, inclusive nós já ultrapassamos o tempo que estava
1854 previsto para essa Audiência, que era previsto prá terminar às dezoito (18) horas, já
1855 são dezoito e vinte e cinco (18:25h). Então temos aqui Leonardo Tinoco. – Sou eu.
1856 Que estou pacientemente aguardando. – Pois não. Essa é a última pergunta. –
1857 (pausa) – Obrigado. Meu nome é Leonardo Tinoco, sou consultor na área de gestão
1858 ambiental e desenvolvimento sustentável. Tentar me organizar aqui agora com meus
1859 papéis. Pronto! Eu primeiro gostaria de parabenizar a equipe, que deve ter sido

1860 muito difícil começar um trabalho, quando se trata de uma, de uma ZPA que tem um
1861 Plano de Manejo estabelecido prá ela. Como ela, a Doutora Gilka alertou bem, por
1862 exemplo na Artigo 2º da Lei do SNUC, da Lei 9985/2000, diz que Plano de Manejo é
1863 um documento técnico mediante o qual, com fundamentos objetivos gerais de uma
1864 UNIDADE DE CONSERVAÇÃO, se estabelece o seu zoneamento, ou seu, o
1865 Zoneamento da Unidade de Conservação, e as normas que devem presidir o uso da
1866 área e manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas
1867 necessárias a gestão da UNIDADE. E aí, se faz um Plano de Manejo extrapolando
1868 os limites da Unidade, prá toda uma Zona de Proteção Ambiental que não é
1869 classificada em qualquer categoria dessa Lei do SNUC, como Unidade de Proteção
1870 Integral. Do outro lado, diz assim: *Mas o município pode criar uma nova categoria.* É
1871 verdade, ele pode criar, mas no artigo 6º da mesma Lei do SNUC, ele diz no seu
1872 Parágrafo Único o seguinte: Pode integrar o SNUC excepcionalmente e à critério do
1873 CONAMA, ou seja, do Conselho Nacional de Meio-Ambiente, Unidades de
1874 Conservação Estaduais e Municipais que, concebidas para atender peculiaridades
1875 regionais ou locais, como disse as questões das peculiaridades a arquiteta Rosa,
1876 possuam objetivos de manejo que não possam ser satisfatoriamente atendidos por
1877 NENHUMA categoria prevista nesta Lei. E cuj/ cujas características permitem em
1878 relação a estas uma clara distinção. Ou seja, se não se enquadrar em nenhuma das
1879 categorias previstas na Lei do SNUC, então aí se pode propor ao CONSELHO
1880 NACIONAL DO MEIO-AMBIENTE que seja criada uma nova categoria de Unidade
1881 de Conservação, antes disso não. Portanto, a gente começa já com um Plano de
1882 Manejo que pode ser até inapropriado a ser considerado prá uma área que
1883 ultrapasse os limites da Unidade de Conservação segundo a Lei. Então imagino
1884 como deve ter sido isso, e a/ o embate assim, as discussões devem ter sido/ é...
1885 grandes, dentro/ junto do seio da equipe. Outra questão é... e aí se eu tiver
1886 equivocado, por favor, me corrijam. É quando/ se... discute, quer dizer a gente parte
1887 de um princípio: Que metodologia vamos adotar? Na hora de se considerar toda
1888 aquela área como uma Zona Primitiva, por exemplo, mais especificamente, já se
1889 deve ter partido antes do diag/ antes da elaboração do Diagnóstico, talvez, de que
1890 ela deveria ser de Proteção Integral. O que seria em certos termos assim,
1891 tecnicamente falando, um pouco contraditório, visto que a gente só poderia dizer a
1892 característica dela, depois do Diagnóstico! Mas, por que qu'eu digo isso? Porque a
1893 metodologia que foi escolhida, foi a metodologia chamada Roteiro Metodológico de
1894 Planejamento do IBAMA para Parque Nacional, Reserva Biológica e Estação
1895 Ecológica. Isso daí são unidades do grupo de Proteção Integral, ou seja, já se
1896 considerou previamente, de que aquela área seria de Proteção Integral, antes
1897 mesmo até do Diagnóstico, já que foi escolhida essa metodologia voltada à Proteção
1898 Integral. E aí eu vi, por exemplo, achei umas coisas interessantes no/ em todo o
1899 trabalho do Plano de Manejo, é... e que às vezes me levou assim a uma certa
1900 confusão, e é isso qu'eu tô um pouco sem entender que, por exemplo, no
1901 levantamento dos instrumentos públicos de gestão aplicados na área, trata de
1902 licenciamento ambiental, ora licenciamento ambiental se faz prá atividades e
1903 especificamente, principalmente pr'aquelas que tem potencial poluidor e tem
1904 relevante impacto ambiental, como instrumento de avaliação de impacto ambiental.
1905 Sendo que a grande parte considerada da área, como Zona Primitiva, é aquela onde
1906 só se pode ter uso indireto dos recursos naturais, portanto sem potencial poluidor
1907 qualquer e muito menos de impacto ambiental relevante. Mas na parte do
1908 levantamento do instrumento público se coloca no item um ponto dois, dois (1.22) o

1909 licenciamento ambiental. E segue outras, falando sempre de alguns conceitos que
1910 aí, é muito perigoso, que a própria legislação cuida de definir essa diferença entre
1911 Proteção, Conservação e Preservação. Que quando ela coloca que, por exemplo, a
1912 própria Lei do SNUC diferenciando o que é conservação da natureza, do que é
1913 conservação (in situ?) e do que é preservação, a gente vê o documento inteiro do
1914 Diagnóstico e no próprio Plano de Manejo falando muito de conservação, de
1915 conservação e eu contei só aqui no Plano de Manejo, descontando a parte que trata
1916 do nome Unidade de Conservação, só o conceito conservação apareceu cento e
1917 vinte e oito (128) vezes. E, ao final, apesar de ser falado conservação, conservação
1918 o que se conclui é a preservação, a necessidade de preservação da área, sugerindo
1919 um certo descolamento entre o que foi definido no Diagnóstico com aquilo que tá
1920 previsto no Plano de Manejo. Como por exemplo, na questão do aquífero, onde a
1921 gente verifica como foi apresentado que a grande área em rela/ que a grande
1922 questão em relação a vulnerabilidade, a poluição antropogênica, ou seja aquela
1923 decorrente da ação humana, vai de baixa a baixa moderada. Apenas um ponto que
1924 foi estabelecido, talvez até com um estudo mais aprofundado de sondagens em toda
1925 área, principalmente nessa que tá se considerando que precisa ser/ assim uma
1926 proteção assim mais expressiva, assim, essa questão é... que diz que tem que ser,
1927 vamos dizer, vedado qualquer edificação, qualquer uso que venha a colocar em
1928 risco o aquífero. Um aquífero que tem a vulnerabilidade à poluição antropogênica, é
1929 classificado de baixa à baixa moderada. Num é por nada não, é pela sua própria
1930 constituição é... geológica que foi dita no local pela seqüência de pacotes areia,
1931 argila, areia, argila que vai dano uma certa é... vamos dizer redução dessa
1932 vulnerabilidade. E aí, eu fico pensando, a restrição mais lógica para um local de
1933 vulnerabilidade à poluição, e aí uma pergunta, antropogênica do Aquífero Barreiras é
1934 de baixo a moderado, então num seria relação aos cuidados essa (troca de CD)
1935 vamos dizer considerada Primitiva, prá essa Zona Primitiva inda diz assim é... no
1936 próprio texto: Ao qual devem ser articuladas ZPA1, com premissa que aponta
1937 intenção de um cenário desejado à qual devem ser articuladas Estratégias de
1938 Gestão das áreas destinadas a preservação permanente, particularmente aquelas
1939 situadas na SZ1A, como forme de facilitar sua incorporação em curto e médio
1940 prazo, no território do Parque Municipal Dom Nivaldo Monte, e favorecendo para
1941 instauração do Plano de Manejo da referida Unidade de Conservação. Quer dizer, o
1942 Plano de Manejo é prá toda ZPA. Que tá dizendo que é prá referida Unidade, mas tá
1943 dizendo que vai se/ é... fazer essa incorporação ao parque, em curto e médio prazo.
1944 A forma que se tem de incorporação de uma propriedade privada ao Patrimônio
1945 Público qu'eu conheço é por desapropriação. Ou então num sei qual seja o
1946 instrumento legal. Eu pergunto aqui: O que que essa situação tá sugerindo? Na
1947 verdade é uma expropriação branca? Ou o que é que tá sugerindo aqui em relação
1948 aos atuais proprietários da área? Essa/ essa/ se tem conhecimento dessa situação
1949 fundiária da área? Porque eu num vi esse estudo relacionado nem no Diagnóstico
1950 tampouco no Plano de Manejo. Obrigado. – Rosa. – É... eu/ eu entendi no início que
1951 foi questionado se o Zoneamento e o Plano de Manejo tinha sido ante/ feito antes do
1952 Diagnóstico. Na verdade foi feito depois do Diagnóstico. Inclusive, é... o Diagnóstico
1953 ele veio, na leitura do diagnóstico ele veio já RATIFICAR, se percebeu, ratificar a
1954 própria/ o pré Zoneamento, o Zoneamento anterior da Lei que regulamentou a ZPA.
1955 A ZPA1 foi criada pelo Plano de noventa e quatro (94), regulamentado por uma Lei
1956 em noventa e cinco (95) que já distinguia o Zoneamento, o Levantamentos de
1957 autimetria, de vegetação, principalmente porque já era outro aspecto que precisava

1958 ser considerado, não somente do aquífero, que seria a questão da paisagem em si,
1959 da composição da/ da pa/ da questão da cobertura vege/ é... florestal e de/ flora
1960 também. Então se verificou/ e esse Diagnóstico ele RATIFICOU a/ a/ aquela
1961 Zoneamento que foi feito em noventa e cinco (95), ou seja, que definiu a Subzona 1
1962 e a Subzona 2. Então, com relação à questão de Zona de/ do Plano de Manejo, que
1963 foi aquilo qu'eu tinha começado a falar, que chega a ser esdrúxulo até, porque foi/ é
1964 esse o instrumento que tá sendo pedido prá ser feito prá ZPA. Quer dizer na/ o
1965 Plano de Manejo ele/ ele seria um instrumento muito mais adequado prá tratar uma
1966 Unidade de Conservação como é... Leonardo é/ apontou. Que/ o que não impede
1967 também que ele seja, digamos, é aplicado a qualquer espaço. Porque o Plano de
1968 Manejo nada mais é de que você ter um conjunto de normas e você ter estratégias,
1969 prá você desenvolver ações de curto, médio e longo prazo, prá alcançar os objetivos
1970 que aquele/ que tão estabelecidos na criação daquela área. Você pode ter um plano
1971 de manejo, inclusive pa/ digamos, pa um aterro sanitário, você pode ter um plano de
1972 manejo pa outras coisas. Pa uma área de manguezal e independente de ser uma
1973 Unidade de Conservação. Então o termo Plano de Manejo ele cabe perfeitamente. E
1974 essa foi a forma que a Prefeitura resolveu conduzir, muito embora, digamos, e aí
1975 onde foi a estratégia, por exemplo de se usar algumas/ os aspec/ usar algumas
1976 questões metodológicas, de ordem metodológica e, uma vez que existia a Unidade
1977 de Conservação, existia a ZPA, várias aspectos que foram verificados no
1978 Diagnóstico e especialmente a questão da paisagem, além dos a/ do aquífero, quer
1979 dizer, a área ela deve perman/ ela deveria ser preservada pela questão do aquífero,
1980 mas além disso tem outras questões que seria a parte climática pela vegetação que
1981 tem a própria proteção dessa vegetação como biodiversidade, da fauna e da flora.
1982 Então, es/ essa Zona daí é a área que está mais bem conservada e ela teria que
1983 ser, portanto, a área que teria menos restrições, associado a uma visão, a
1984 integração de toda essa região/ essa questão ambiental com a existência de um
1985 parque que foi colocado lá! Quer dizer, sem/ sem/ sem é... sem se criar, claro, certas
1986 questões que podem trazer outros conflitos, com o parque, com a zona de
1987 amortecimento, quer dizer, tem todo um tratamento, quer dizer, o parque ele foi
1988 criado e ele CONDICIONOU, ele foi utilizado como estratégia para definição de
1989 algumas/ é... alguns direcionamentos, inclusive de nomenclatura, de classificação, de
1990 zonas. Então, isso tá/ isso foi claro e tá dito, no/ no relatório. Então, quer dizer, por
1991 isso que se tá usando denominação de Zona Primitiva, quer dizer, a/ a/ o/ a
1992 classificação de Zona Primitiva e a outra coisa que é/ que/ que foi justamente um
1993 pouco o embate, o debate que teve aqui, com/ quando foi levantado pela Doutora
1994 Gilka, de se/ não se poder, ou na/ não é se poder, porque se PODE fazer, é colocar,
1995 digamos a delimitação toda como uma Zona, como uma Unidade de Conservação,
1996 mas porque o município ele tem/ ele tem já instrumentos que, que, que fazem essa,
1997 digamos, a proteção, sem ser expropriação branca! Então, se for expropriação
1998 branca, esses instrumentos de expropriação branca tá dito no Plano Diretor! As
1999 áreas de proteção você não pode usar, você pode transferir potencial, você pode/
2000 agora com o Plano Diretor, com a reforma do Plano Diretor você pode transferir
2001 potencial e, inclusive, po/ deve ser incentivado transferência de titularidade! Então,
2002 esse é um CAMINHO que tá sendo apontado. Então, foi feito/ tem de todos os
2003 recursos que a Legislação Municipal já tem. Realmente, é muito/ é muito/ é difícil
2004 trabalhar, digamos, com todas/ com essa COMPLEXIDADE, de se trabalhar Plano
2005 de Manejo de ZPA, a existên/ a PRÉ existência, ANTES de se fa/ de terminar os
2006 estudos já de uma Unidade de Conservação. Porque o/ o ideal é que a Unidade de

2007 Conservação ela pudesse ser dita AGORA! Por esse estudo! Mas, ela veio como
2008 uma coisa que/ anterior! Que antecedeu e que ela, é claro, que ela vai ter que ser
2009 utilizada, adotada prá guiar alguma coisa dentro do próprio estudo porque/ se/ isso
2010 já apresenta uma tendência. Então, foi dentro mais ou menos desse contexto que o
2011 trabalho, ele foi realizado. Eu num sei se eu deixei de responder alguma coisa. –
2012 Professora Zuleide... – Não, - pediu a palavra. – Faltou uma coisinha prá responder,
2013 se (ininteligível) permitir, num sei – Pois não. – Pode perguntar. – É, não foi o
2014 seguinte Rosa, é porque eu entendi assim, na hora que você tem uma Unidade de
2015 Conservação do Grupo de Proteção Integral, quer dizer o Parque, dentro de uma
2016 Subzona de Conservação e não de Preservação e de acordo com a Lei... Então eu
2017 entendi que aquela área que estava por fora do parque que seria uma área que,
2018 vamos dizer, se fosse prá se ampliar o/ vamos dizer a estratégia de proteção
2019 ambiental prá uma zon/ uma Subzona de Conservação, se fosse colocado o
2020 princípio de Uso Sustentável e não um princípio de Proteção Integral. Porque, se
2021 aquela área toda apresenta característica, ou atributos naturais de proteção integral,
2022 então o parque teria que ser criado na Zona toda e não ir se fazendo/ acabar ou
2023 negar o direito de construir, já dado numa área. Estabelecida por Lei como uma
2024 Subzona de Conservação e não de Preservação. É cum/ cum coisas que já estão...
2025 inclusive cum loteamentos que existem na área APROVADOS pela Prefeitura, cum
2026 proprietários individuais, que compraram seus lotes e estão impedidos de construir,
2027 então, esse direito de construir, quer dizer, dentro de uma zona/ Subzona de
2028 Conservação, ao lado de uma Unidade de Proteção Integral. Isso também precisa
2029 ser dito. Como é que se vai trabalhar? Porque senão, diz apenas pro pessoal: *Ó,*
2030 *você num pode! Você num tem direito de construir porque aos poucos o seu terreno*
2031 *vai virar um parque!* Ô Xente! – Mas, Leonardo, a questão é justamente essa. O
2032 Diagnóstico ele quan/ ele chegou a/ digamos a identificação, por exemplo, que as
2033 áreas que são/ que estão numa condição MELHOR, inclusive de Conservação num
2034 estão dentro do parque! Tão fora do parque! Então, quer dizer a/ o parque ele existiu
2035 como uma linha política! Uma linha de decisão política! - (Ininteligível) - Tá muito
2036 claro. Agora, que as/ as/ a questão da proteção, digamos, principalmente da
2037 questão de paisagem, de vegetação, de/ de/ da biodiversidade e tudo mais, tá num
2038 estado de conservação MUITO MELHOR do que tá fora. Então, a zona/ foi
2039 considerado Zona Primitiva, se foi colocado, inclusive, o atenuante lá na, na, quando
2040 se fez a seleção dessas áreas, que/ se teria que colocar, digamos talvez, as Zonas
2041 de Recuperação, mas é impossível colocar Zona de Recuperação, pelo PORTE da
2042 área, e que essa zona a Recuperação/ ela vai ficar como ação estratégica, dentro,
2043 prá poder se ti/ recuperar trilhas, áreas que foram queimadas e tudo mais. Então, a
2044 tendência é que a Zona de Proteção, as/ as/ também, eu acho que num taria,
2045 digamos, muito conflitante porque o tipo de conservação que tá dito na ZPA, que foi
2046 criada pelo Plano Diretor não está fazendo referência que é o mesmo tipo de
2047 conservação que se usa na Legislação Federal. Entendeu? Porque tem o conceito –
2048 Mas, onde tá dito isso? -... ele tem o conceito lá que tá colocado que é uma
2049 Unidade/ uma Zona de Conservação é prá preservar paisagem, é prá preservar isso
2050 e aquilo outro, no Plano Diretor. Então quer dizer, esse conceito ele também é dúbio,
2051 ele também num é muito firme. Quando você vai dizer: qual é o conceito que tá
2052 adotado? Num tá dito em nenhum lugar no Plano Diretor qual foi. Agora, ele
2053 especifica quando ele diz a zona. Então ele num tá dizendo o conceito de
2054 Conservação que tá dito lá no Plano Diretor que CRIOU a/ a ZPA, NUM É o mesmo
2055 que tá dito prá o Código Florestal, por exemplo. Então, quer dizer, é toda uma

2056 questão PECULIAR, certo? Por isso que é importante ser discutido, porque é toda
2057 uma peculiaridade que existe dentro dessa... TRAMA da Legislação Urbanística.
2058 Porque a ZPA como um todo é uma Zona Urbanística, agora é exigido para a ZPA fazer
2059 um Plano de Manejo. Então, não é uma coisa/ quer dizer/ plano/ na verdade Plano
2060 de Manejo é muito mais afeto à Unidade de Conservação. E à Unidade de
2061 Conservação que deveria ser criada a partir de estudos, provavelmente, certo?
2062 Provavelmente não/ é... a Unidade de Conservação não obrigatoriamente teria que
2063 ser criada na zona toda, quer dizer uma zona ela/ uma parte poderia ser mais
2064 rigorosa, mas até o tipo de Unidade de Conservação devia vir de estudo!. E, na
2065 verdade isso aí tem que se adequar à Lei. Ela é uma coisa que vai acontecendo
2066 gradativamente, a Política Pública Ambiental, também vai acontecendo e o/ o que tá
2067 se tendo hoje é/ é, digamos, apresentando uma proposta de conciliar e de criar uma
2068 condição de aplicação de/ dessa proteção ambiental que está prevista e também de
2069 uma condição de se/ gradativamente, a gente ir aperfeiçoando... Inclusive, esse
2070 indicativo, a equipe como um todo, especialmente a/ a/ as pessoas que fizeram as...
2071 o... digamos, o Diagnóstico de Vegetação, de Flora, de/ da parte mais de paisagem
2072 compreendem a necessidade de se manter a integridade daquela paisagem. Por
2073 isso que foi colocado como proposta de Zona Primitiva. – Bom, só pra encerrar com
2074 a participação da Professora Zuleide, que pediu a palavra. Bom, é... eu quero voltar
2075 uma questão aqui com relação aos mapas piezométricos que está previsto no
2076 monitoramento, que se faça, não só a questão do monitoramento da água, da
2077 qualidade, como também a/ os níveis piezométricos que sempre sem/ de seis em
2078 seis meses seja feito um novo mapa porque, a gente sabe que não é uma estável.
2079 Então tá previsto! A... com relação às perguntas que foram “N” perguntas que é... o
2080 Professor Leonardo colocou, é... PRIMEIRO a questão de/ você recebeu a minuta
2081 do Zoneamento. Não é esse Zoneamento que tá hoje. Essa minuta é foi entregue
2082 há... acho que uns... vinte (20) dias antes, mais? Não. Mais. – O que tá no site. - O
2083 que tá no site. E essa já foi feita várias discussões com a equipe técnica da
2084 Prefeitura, e foi/ foram modificadas várias... é... sugestões que foram acatadas e
2085 outras não. É, com relação ao seu questionamento: Porque não? Se o problema lá é
2086 lixo. Porque não a gente é/ é... ter uma coleta adequada de lixo na área... de
2087 proteção. Onde a gente acredita que ainda está... o mais preservado possível. Eu
2088 pergunto as moradoras aqui já colocaram, o lixo, é... a coleta é irregular na área de
2089 Uso Controlado, a gente não tem coleta de lixo é... satisfatória. A gente também tem
2090 problemas com poços que não são é... – Clandestinos. – é... são clandestinos, tá
2091 certo? Aí, voc/ eu acho que você descreveu aí uma situação é... que... não é bem a
2092 nossa. Acho que é de um país de terceiro mundo, que acho que nem aqui em Natal,
2093 a gente consegue encontrar o saneamento é... adequado, a coleta de lixo ideal,
2094 enfim, todas essas questões que você colocou que se a gente deixar vocês construir
2095 lá, que lá vai ser o ideal. Acho que/ é... como é que chama?... é utópico, infelizmente
2096 eu acho utópico, até bonito nas apresentações, mas é utópico. E... é... a gente tá
2097 fazendo uma proposta, achando que/ o que é que é mais importante?... Vocês/
2098 Quem comprou os lotes, comprou em Área de Preservação que ali tem o quê? Duna
2099 vegetada e já/ a Lei Federal já diz: Olhe não pode construir! Então, a gente não
2100 precisava nem tá aqui nessa discussão pode ou não pode. Porque já existe uma Lei
2101 Federal que diz que não pode! Tá certo? Então assim, acho que a gente tem que...
2102 é... botar os pés no chão e achar/ e vê o quê? O que que é possível a gente ainda
2103 resgatar. Então, nesse plano, no Zoneamento a gente tá propondo áreas que seja
2104 preservada dentro da área de Uso Permitido. Então, acho que era isso que eu queria

2105 colocar. Se ainda tiver algum questionamento. – Ininteligível – E a outra co/ só/ só
2106 uma coisinha qu'eu me lembrei, porque na hora tinha muitas pessoas falando... É
2107 com relação ao entorno, à Área de Entorno – Da Primitiva ou da Total? - Não, da
2108 Área de Entorno da - Total. – Da ZPA. Ali não tem Área de Amortecimento que a
2109 gente tá dentro de uma Área Urbana. Então aí, a gente não tem como trabalhar com
2110 Área de Amortecimento. Aí, foi por isso/ você fez essa colocação, eu tava ali só
2111 anotando. Tá bom? Então era essa/ esse o esclarecimento. – É só o seguinte, viu
2112 Zuleide, na verdade num to aqui fazendo nenhuma pressão sobre se constrói ou se
2113 não constrói, mas apenas a gente ser preciso. Como por exemplo, no próprio
2114 Zoneamento quando trata daquela Subzona de/ de/ vamos dizer, que permite
2115 aqueles usos, de Uso Controlado, então a gente na verdade, tá assumindo o quê?
2116 Que tem duna que pode e duna que num pode? Porque ali naquela área tem duna e
2117 tá ocupadas. Tá certo? Então ali, aquela duna que pode e nessa área a duna que
2118 num pode? A mesma coisa se for assim pegar na/ na/ no pé da letra mesmo de Área
2119 de Preservação Permanente, as APPs, certo? Que nós lutamos muito prá que elas
2120 sejam preservadas, isso é uma luta ferrenha em todo o país, e não é de hoje que a
2121 gente embate com isso. Tive há pouco tempo em São Paulo, é pum congresso
2122 tratando das APPs em Áreas Urbanas, que é um verdadeiro conflito que a gente
2123 enfrenta isso. É onde eu também fui lá apresentar um trabalho discutindo sobre essa
2124 questão do conflito nas Legislações Urbanísticas, com a Legislação Ambiental,
2125 especificamente no que trata de APP Urbana. Se fosse prá gente cumprir mesmo,
2126 certo? O que tem na palavra então a gente teria que desocupar aquelas ocupações
2127 de duna, na faixa de Ponta Negra, as ocupações de Falésia, derrubar a Ribeira,
2128 derrubar ali aquelas favelas do Maruim, Beira-Rio que estão lá. Por que só a a
2129 APP do Rio Potengi tá mais de cem (100) metros de margem de lado a lado, e teria
2130 que ser eliminado. Agora, por outro lado, a gente precisa tomar muito cuidado com o
2131 que foi colocado aqui, com a questão que tem hoje, é do cumprimento da função
2132 social da propriedade. A questão do direito à moradia, o próprio CONAMA,
2133 entendendo essa questão, lançou a Resolução 369/2006 prá tratar dessa questão
2134 do direito à moradia em Áreas de Preservação Permanente, só que num pode isso
2135 daí ser tratado de uma forma como dizer: Ó, agora pode! Vamo invadir. Não, num é
2136 isso, nós tamos dento de um/ de uma questão que a gente precisa ter muito cuidado
2137 com a responsabilidade social e com a responsabilidade ambiental e com a
2138 responsabilidade territorial. O qu'eu to querendo colocar é isso, nós num podemos
2139 tratar uma questão ambiental, que diz: Não aqui a relação ambiental é essa, mas
2140 como o próprio Professor Cestaro falou, adequação foi feita de acordo com a lei, no
2141 Zoneamento, rebateu na lei do que já tinha, essa questão da Zona Primitiva, a gente
2142 chegou e adequou à lei. Ora, então foi ambiental ou foi de acordo com a lei? Aí ora
2143 a questão é territorial, mas se é territorial é Unidade de Conservação da Natureza,
2144 que é de propriedade pública, mas no entorno dela a propriedade é privada. Não,
2145 mas, vamos tratar prá que pouco á pouco ela possa ser... como se fosse uma
2146 propriedade pública, mas sem ser. Quer dizer, é um negócio que acaba deixando
2147 todo mundo tão confuso, que a gente num sabe, nem nós como consultores. Por
2148 exemplo, na hora de prestar alguma / algum esclarecimento a algum interessado da
2149 área, seja ele da população, seja empreendedor, seja ambientalista, o que é que nós
2150 vamo falar?! Porque a gente lê, a legislação diz uma coisa, vê um Plano de Manejo
2151 diz outra, vê um Diagnóstico que num rebate muitas vezes cum o Plano de Manejo –
2152 Ok. – Aí... que dizer.(ininteligível) – Só, só pra fazer uma colocação aqui e rápida e
2153 vou/ e vou repassar só – (Ininteligível) Eu sou moradora, já to ficando com medo. –

2154 (Risos) – Olha só, é esse/ esse trabalho não só se baseou na lei como também se
2155 baseou nos estudos que existe na área. Se você prestar atenção aí, nesse modelo
2156 digital do terreno, que foi em cima das fotografias aéreas da área, você vai ver o
2157 quê? Essa parte mais clara, o verde, o verde, todos dois verde é as parte mais clara
2158 que existe, então quanto mais escuro mais alto. Você vai perceber que o/ a Omar
2159 O’Grady ela passa praticamente, é... – No meio. - No meio, então, desse lado de cá
2160 onde é a área que pode ser construída, ela é mais plana. Olhe aí, se você prestar
2161 atenção ela é muito mais plana do que a área da parte de cima, que é justamente
2162 onde tem o Campo Dunar mais proeminente. – Mas tem duna também, num tem? –
2163 TEM! Tem duna inclusive a gente tá pedindo prá/ prá é... conservar essas dunas do
2164 lado de cá também. – Fragmentos. – Tá certo? Alguns fragmentos. Ok? – Só uma
2165 questão de ordem, Iracema, bem rapidinho. Eu falei com a Secretária Ana Miriam, e
2166 ela concordou em disponibilizar Consulta Pública, com possibilidade de sugestões,
2167 no site da SEMURB, sugeri à Prefeitura, na pessoa aqui do pessoal da SEMURB,
2168 que faça um aditivo desse contrato, prá gente explorar mais a hidrogeologia e
2169 também a questão dos instrumentos de Política Urbana, principalmente o que Rosa
2170 colocou sobre a transferência de potencial construtivo levantando aquele trabalho
2171 que a SEMURB fez pequeno, prá Área de Capim Macio, mas levantando a que doa
2172 que é a proprietária e a área que vai receber. Prá gente ver se tem condições de
2173 Natal toda receber essa quantidade de (ininteligível).- Bom, eu acho assim, a
2174 proposta do Dr. Aldo Tinoco bastante interessante, que tem que ser/ se prolongar
2175 mais essa questão da discussão, mas eu só queira só complementar a colocação da
2176 Professora Zuleide, que Natal, toda essa área é/ que nós conhecemos bastante,
2177 inclusive eu tenho certeza que Leonardo também, talvez conheça melhor do que eu,
2178 sabe que toda essa área que tá mais plana, ela já foi duna feita a terraplenagem.
2179 Nós sabemos disso. Em noventa (90) a gente fez todo o mapeamento aí, prá o
2180 prolongamento do Sanvale. Eu acho que cada um entende perfeitamente que tem
2181 uma situação. Agora, antes de qualquer situação, esta área ela é preservada APP,
2182 Preservação Permanente, Federal, Estadual e Municipal. Então o que nós tamo
2183 discutindo, é que a gente tente salvar esse fragmento que ainda existe e como a
2184 Professora Zuleide falou não precisava nem Plano de Manejo, por si só ela já é de
2185 preservação, e mesmo na própria Resolução mais recente, a duna de vegetação, ela
2186 num pode ser ocupada, de maneira nenhuma. Então, ela é preservação e, dentro
2187 duma questão legal a gente... tudo bem, a gente entende até a questão do direito de
2188 propriedade, que é sério. É um direito de propriedade, mas aí tem os instrumentos
2189 legais que, dentro com a/ a/ a discussão com a sociedade a gente tem que chegar
2190 a seu melhor/ situação. E hoje é preservação. Uma APP não pode ser utilizada de
2191 maneira nenhuma, todos nós aqui, não precisa nem ser especialista que sabemos
2192 que APP dunas fixa, ela não pode ser utilizada, nem Federal, nem na Legislação
2193 Federal, nem Estadual, nem Municipal. – Eu queria fazer/ eu queria (ininteligível) –
2194 Por favor, Rosa. Rápido. – É bem rapidamente (ininteligível) bem tarde.. – É assim,
2195 é importante, Leonardo bem salientou a questão da habitação de interesse social
2196 que tá baseada na premissa de que MESMO AS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO
2197 PERMANENTE elas, QUANDO ELAS JÁ ESTIVEREM, NUM É PRÁ SEREM, mas
2198 quando elas já estiverem, elas devem ser reconhecidas e ser/ se é... digamos,
2199 adotado o instrumento, as formas de solucionar esse problema. O Plano de Manejo
2200 tá apontando que essas áreas que estão hoje dentro da parte que teria que ter uma
2201 proteção maior e que estão ocupadas por/ por/ que seriam de interesse social que
2202 devam constar, inclusive porque precisariam inclusive ser assimilada isso no Plano

2203 Diretor, não somente no Plano de Manejo. Isso aí é uma coisa que se transfere
2204 inclusive para o Plano Diretor. E a outra coisa é/ da mesma forma o Plano de
2205 Manejo ele teve a id/ a/ a/ digamos visualização da cidade real, então as áreas que
2206 tão permitidas ou que estão colocadas como áreas passíveis de construir, porque
2207 elas já estão construídas com (ininteligível) abertos, na verdade, o que existe lá ao
2208 vazios urbanos. Porque o restante foi assimilado, resgatado prá ser preservado. As
2209 áreas de dunas e baixas dentro da Zona de Uso Controlado, Uso Restrito, uma parte
2210 foi recomendado inclusive ser resgatado, porque tem duna tem que ter, digamos,
2211 desapropriação. E o restante foi tratado como cidade real. Como MALHA, COMO
2212 ÁREA QUE TEM MALHA, que tem já várias ocupações, me/ e que existe muito
2213 mais/ já foi terraplanado, muito mais vazios urbanos, que precisam ser/ ajustados
2214 inclusive ordenamento viário. Prá poder, à medida que você tira esses fragmentos
2215 tenha condições de ter uma conexão viária e as pessoas terem acesso aos seus
2216 lotes. Então foi tratado dentro das premissas que tão previstas inclusive no Estatuto
2217 da Cidade, como cidade real.- Bom, muito obrigado. É... eu gostaria de agradecer a
2218 participação, a presença e participação de todas as pessoas e as entidades que
2219 representam... tinha pedido a palavra, num é? Agora eu lembrei. - (pausa) – Só um
2220 instante. – Eu gostaria só de contribuir nesse final de fechamento, porque quando a
2221 gente escuta o Professor Leonardo falar fica uma confusão na cabeça, eu num sei
2222 realmente se foi essa a intenção, mas prá mim pessoalmente num tem confusão
2223 nenhuma. O Plano tá muito bem escrito, bem elaborado, realmente tem a
2224 preocupação com o social, de uma forma mais geral, e realmente a função social da
2225 propriedade ela se limita às restrições legais que existem. Eu não posso colocar na
2226 minha casa um conjunto com um volume à toda altura porque É MINHA casa, tem
2227 as restrições legais. Então ali é uma duna que não pode ser ocupada! Então era só
2228 isso/ era só essa contribuição qu'eu gostaria de dar nesse fechamento.- Pois é,
2229 então concluindo aqui, a gente gostaria de dizer que as discussões foram muito
2230 produtivas, muito interessantes. Elas, todas elas serão consideradas, porque está
2231 tudo gravado. Isso aqui é/ essa gravação vai ser é... transcrita e tudo aquilo que for
2232 pertinente e necessário ser incorporado a esse nosso trabalho, isso vai ser. Então
2233 gostaria, mais uma vez, de agradecer a participação de todos e nos próximos dias
2234 então nós cumprimos esse prazo de dentro de dez (10) dias úteis entregar além
2235 desse produto final, entregar também a ata dessa reunião. E a gente vai ver a
2236 possibilidade maior de participação popular nesse/ nesse trabalho e certamente a
2237 SEMURB deve disponibilizar no site prá que haja maior interação. – A partir de
2238 amanhã o material que está atualizado já vai tá disponível. – Tá ok. - (pausa) –
2239 Então, muito obrigado a todos. (aplausos).